

PREGÃO ELETRÔNICO

24/2026

PROCESSO 47/2026

CONTRATANTE (UASG)

(987459) MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL/PR.

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO PERÍMETRO URBANO E RURAL DO MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME CONSTA NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 505.046,56

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **27/04/2026 às 08:30h** (horário de Brasília)

Local: www.gov.br/compras/pt-br.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO GLOBAL

MODO DE DISPUTA:

ABERTO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!



MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL – PR
EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 47/2026
MENOR PREÇO

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL** e esta Pregoeira, designada, na qualidade de Agente de Contratação, pelo Decreto nº 472, de 2026, tornam pública, para conhecimento das empresas interessadas, na forma da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e, no que couber, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, a abertura de licitação, na modalidade **PREGÃO, na forma ELETRÔNICA**, pelo critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, destinada à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO PERÍMETRO URBANO E RURAL DO MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME CONSTA NO EDITAL E SEUS ANEXOS.**

OBSERVAÇÃO: Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.gov.br/compras/pt-br>

1. DO OBJETO

1.1 O objeto do presente pregão é a seleção da proposta mais vantajosa para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO PERÍMETRO URBANO E RURAL DO MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS**, durante 12 (doze) meses consecutivos, de acordo com os termos e especificações deste edital e seus anexos.

1.1.1 – A especificação técnica dos itens no arquivo PDF a ser baixado juntamente com o arquivo do Edital no Compras.gov.br (RELAÇÃO DE ITENS) geralmente é obtida a partir de aproximações do CATMAT/CATSER, não sendo editável, em alguns casos, pelo órgão promotor do certame. Portanto, sempre que tal especificação não corresponder à descrição do Termo de Referência, prevalecerá a que consta do TR.

1.2 A licitação será realizada em único item.

1.3. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descrito no Compras Governamentais e as especificações constantes deste Edital, **prevalecerão as especificações constantes deste Edital.**

1.4. O Edital e seus Anexos estarão disponíveis aos interessados no Setor de Compras e Licitações desta Prefeitura, e através da Internet pelos endereços eletrônicos:



- Portal no endereço eletrônico: www.gov.br/compras/pt-br.
- Portal Nacional de Contratações Públicas no endereço eletrônico: https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1
- Portal de Transparência da Prefeitura Municipal de Bocaiúva do Sul no endereço eletrônico: <https://bocaiuva.eloweb.net/portaltransparencia/licitacoes>.
- Sítio da Prefeitura Municipal de Bocaiúva do Sul no endereço eletrônico: <https://bocaiuvadosul.pr.gov.br/licitacao/>.

1.5. As informações administrativas relativas a este Edital poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações:

- E-mail: licitacaobocaiuvadosul@gmail.com
- Telefone: (41) 92003-9870

1.6. As questões estritamente técnicas referentes ao objeto licitado serão pela Secretaria Municipal Obras, Viação e Serviços Urbanos, telefone (41) 92003-9861.

2. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

2.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

2.1.1 Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à Secretaria de Gestão do Ministério da Economia (SEGES), onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

2.1.2 O uso da senha de acesso é de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Bocaiúva do Sul responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.2 Somente poderão apresentar proposta as empresas legalmente estabelecidas, especializadas no ramo e que satisfaçam às condições deste edital e seus anexos.

2.3 Não poderão participar da presente licitação, direta ou indiretamente, isoladamente ou em consórcio, empresas ou sociedades cooperativas que, por qualquer motivo:

2.3.1 tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta federal, estadual, municipal ou distrital, tendo por fundamento o art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021;



2.3.2 estejam impedidas de licitar e contratar com o Município de Bocaiúva do Sul, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002 e/ou do art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021;

2.3.3 tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou contratar com o Município de Bocaiúva do Sul, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993;

2.3.4 estejam elencadas no art. 14 da Lei nº 14.133/2021;

2.3.5 encontrem-se em processo de dissolução ou liquidação.

2.3.6 constituam sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

2.3.7 em razão da prática de ato de improbidade administrativa, o sócio majoritário esteja proibido de contratar com o poder público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;

2.4 A fim de verificar as condições de participação previstas neste item, o Pregoeiro realizará consulta nas seguintes bases de dados:

2.4.1 SICAF a fim de verificar a composição societária das empresas e certificar eventual participação indireta que ofenda o art. 14, IV, da Lei nº 14.133/2021;

2.4.2 Consulta ao Sistema Inabilitados e Inidôneos, mantido pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no endereço: <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>.

2.5 Constatada a ocorrência objetiva de uma das hipóteses de impedimento de participação previstas neste Capítulo, o Pregoeiro relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria e, eventualmente, a comprovação do afastamento dos efeitos da causa impeditiva de participação no certame.

2.6 As sociedades cooperativas poderão participar deste certame desde que satisfaçam os requisitos estipulados pelo art. 16 da Lei nº 14.133/2021.

2.7 É vedada a participação de consórcio de empresas, qualquer que seja a sua forma de constituição.

3. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

3.1 A licitante deverá cadastrar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.



3.2 A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico o preço unitário do item, observados o quantitativo e a unidade de prestação de serviço do objeto a ser contratado, conforme o Termo de Referência (Anexo 1).

3.2.1 Os valores deverão ser expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerados apenas até os centavos, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários ao cumprimento do objeto deste edital, em especial o frete, tributos e encargos sociais.

3.3 Para o adequado cadastramento da proposta, a licitante deverá consignar, nos campos próprios, as informações exigidas pelo sistema, observando, para tanto, as especificações do objeto constantes deste Edital.

3.4 O campo 'Descrição Detalhada do Objeto Ofertado' será destinado às informações complementares da proposta, observando-se os seguintes prazos e condições:

3.5 A omissão dos prazos e condições fixados no subitem anterior implica a aceitação, por parte da licitante proponente, daqueles indicados neste edital.

3.6 A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital.

3.7 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

a) Condições de participação.

- 1) Manifesto ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- 2) Declaro que minha proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo

b) Declarações para fins de habilitação

- 1) Atendo aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório
- 2) Inexiste impedimento à minha habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante
- 3) Cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas
- 4) Manifesto ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação



- 5) Cumpro o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos

c) Declarações de cumprimento à legislação trabalhista

- 1) Observo os incisos III e IV do art. 1º e cumpro o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante
- 2) Cumpro a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis

d) Profissionais organizados sob a forma de cooperativa

- 1) Participo da licitação sob a forma de cooperativa, que atende ao disposto no art. 16 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021

3.8 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.9 Uma vez certificada após o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.

3.10 Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta cadastrada.

3.11 As propostas terão validade de 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

3.11.1 Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

3.12 A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

4. DA SESSÃO PÚBLICA

4.1 A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>

4.2 Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico ("chat").



4.3 Diante da indisponibilidade momentânea do campo próprio do sistema eletrônico, a licitante deverá formalizar o apontamento, de imediato e exclusivamente, pelo e-mail licitacaobocaiuvadosul@gmail.com sob pena de preclusão da oportunidade de alegação da matéria, devendo o Pregoeiro registrar o fato no “chat” e relatar o teor das comunicações.

4.4 Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

4.5 Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

4.6 No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação expressa aos participantes no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>

4.7 O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

5. DO INÍCIO DA DISPUTA E DA VERIFICAÇÃO DE CONFORMIDADE DAS PROPOSTAS

5.1 A fase de lances deste Pregão será processada pelo modo de disputa **“ABERTO”**, conforme procedimento estabelecido no art. 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022.

5.2 A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, ressalvado o disposto no item 6.3.

5.3 Durante a etapa de envio de lances, tendo por fundamento o disposto nos arts. 5º, 9º e 11 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá desclassificar a proposta que possa comprometer a regularidade do certame, a dinâmica da disputa e/ou causar prejuízo à competitividade do processo licitatório, assim compreendidos:

5.3.1 proposta que apresente objeto em manifesta desconformidade com as características especificadas no edital ou que apresente elemento que possibilite a pronta identificação da licitante;

5.3.2 propostas com preços manifestamente inconsistentes ou com presunção absoluta de inexequibilidade;

5.4 Serão considerados preços manifestamente inconsistentes quando ofertado valores ou percentuais simbólicos ou irrisórios, claramente incompatíveis com os praticados pelo mercado.



5.5 Mediante despacho fundamentado registrado no sistema e acessível a todos, o Pregoeiro apresentará as razões para a prévia desclassificação da proposta, esclarecendo os motivos que ensejaram a decisão em vista do disposto no item 6.3.

6. DA FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 Aberta a etapa competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

6.2 A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

6.3 O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item, com **lance mínimo de R\$ 100,00 (cem reais)**.

6.4 Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

6.5 Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

6.5.1 Havendo empate entre as ofertas, o sistema aplicará, sucessivamente, o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e, após, se for o caso, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

6.5.2 Empatadas as propostas iniciais e não havendo o envio de lances após o início da fase competitiva, aplica-se o disposto no subitem anterior.

6.5.3 Não será aplicado o disposto no art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 na hipótese estabelecida no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

6.6 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear à Administração qualquer alteração.

6.6.1 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.7 Durante a “etapa aberta” da fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir o lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

6.7.1 A possibilidade de exclusão de lance inexequível por parte do Pregoeiro não desonera a licitante da responsabilidade pelo registro da oferta, ainda que haja erro manifesto.

7. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE



7.1 Aplicam-se à presente licitação as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei nº Complementar nº 123/2006, salvo nas hipóteses previstas no §1º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

7.2 Somente farão jus aos critérios de preferência estabelecidos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, as licitantes que se enquadrem nos termos do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e do §2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, devendo declarar tal condição em campo próprio do sistema na oportunidade de cadastramento da proposta.

7.3 Havendo participação de microempresas e/ou empresas de pequeno porte na sessão de lances nos termos do subitem anterior, serão observados os critérios de preferência estabelecidos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

7.3.1 Encerrada a fase de lances, caso a melhor oferta não tenha sido formulada por microempresa ou empresa de pequeno porte e haja proposta apresentada por alguma licitante enquadrada na condição de ME/EPP, com valor até 5% (cinco por cento) superior àquela melhor oferta, proceder-se-á da seguinte forma:

7.3.2 a microempresa ou empresa de pequeno porte será convocada a apresentar nova oferta que supere aquela considerada melhor classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito de preferência, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será declarada vencedora do certame;

7.3.3 não sendo vencedora da fase de lances a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma da alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na condição de ME/EPP e cujas ofertas estejam dentro do limite fixado no *caput* deste subitem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.4 Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem anterior, será considerada vencedora da fase de lances a licitante que, originalmente, tenha apresentado a melhor oferta durante a disputa.

8. DA NEGOCIAÇÃO

8.1 Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, nos termos do art. 61 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante mais bem classificada, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

8.1.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

8.1.2 Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA



9.1 O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços formatada de acordo com o Anexo II do edital e devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.

9.1.1 Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilize o envio da proposta pelo sistema, será admitido o envio do respectivo arquivo para o e-mail licitacaobocaiuvadosul@gmail.com, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.

9.1.2 O prazo para envio da proposta é de, no máximo (02) duas horas a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

9.1.3 Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

9.1.4 Em relação aos bens a serem fornecidos, o Pregoeiro poderá solicitar a apresentação de folders, prospectos e outros documentos que contenham informações e detalhes acerca das especificações técnicas dos produtos e/ou equipamentos ofertados.

9.1.5 Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

9.1.6 A proposta será desclassificada quando:

- a) as especificações do objeto ofertado estiverem em manifesta desconformidade com as exigências estabelecidas no edital;
- b) conter valores simbólicos, irrisórios ou com presunção absoluta de inexecutabilidade, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie, de forma expressa e motivada, à parcela ou à totalidade de remuneração.

9.2 O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital e quanto ao preço ofertado, que não poderá ser superior ao valor estimado constante no Termo de Referência (Anexo I).

9.2.1 O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.



9.2.2 Havendo falhas na proposta, o Pregoeiro deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2022.

9.2.3 Se houver indícios de inexecutabilidade relativa da proposta, o Pregoeiro deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta aplicando-se, no que couber, o art. 34 da Instrução Normativa 73/22 da SEGES/ME.

9.3 Após o Julgamento da Proposta, sendo aceita, o Pregoeiro abrirá prazo de 10 (dez) minutos, durante o qual qualquer licitante participante do item/grupo poderá, de forma imediata, exclusivamente em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1 Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

10.2 A habilitação das licitantes será verificada por meio do SICAF, Nível I ao VI do Cadastro de Pessoa Jurídica, e da documentação especificada neste edital.

10.1.2 Diante da expiração de validade dos documentos registrados no SICAF referentes aos Níveis III e IV, as licitantes deverão apresentar documentação complementar, a fim de suprir tais exigências, observado em relação às empresas enquadradas como ME/EPP o disposto no art. 43, §1º, da Lei Complementar nº 123/2006.

10.3 Para fins de habilitação jurídica, o Pregoeiro verificará a compatibilidade entre o objeto do certame e as atividades previstas como “objeto social” no ato constitutivo das licitantes, conforme natureza da pessoa jurídica.

10.4 Os documentos exigidos, que não estejam contemplados no SICAF a tempo da consulta pela Administração, deverão ser enviados por meio do sistema, quando solicitado pelo Pregoeiro, até a conclusão da fase de habilitação.

10.4.1 O prazo para envio dos documentos de que trata o item 10.4 é de, no máximo (02) duas horas, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

10.4.2 Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.



10.4.3 Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

10.5 O licitante se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos por ele encaminhados.

10.5.1 Havendo dúvida razoável quanto à autenticidade ou em razão de outro motivo devidamente justificado, o Pregoeiro, a qualquer momento, poderá solicitar ao licitante o envio, em original ou por cópia autenticada, dos documentos remetidos nos termos do item anterior.

10.5.1.1 Os documentos de habilitação, **CASO SOLICITADA**, deverão ser encaminhadas em original ou cópias autenticadas, juntamente com a proposta final também original, no **prazo máximo de 03 (três) dias úteis**, contados da solicitação do pregoeiro (a) no sistema eletrônico, no seguinte endereço: Rua Carlos Alberto Ribeiro, nº 21 – Centro – Bocaiúva do Sul – PR, CEP 83450-000. Aos cuidados do Departamento de Compras e Licitações e o pregoeiro (a) responsável. O envelope contendo os documentos deve estar lacrado e informar o nome da empresa ou empresário individual, número do CNPJ, número e ano do Pregão Eletrônico.

10.6 Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 10.4, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação para:

- a) a aferição das condições de habilitação da licitante decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame (em aplicação ao entendimento esposado pelo TCU no acórdão 1211/2021);
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- c) a apresentação de documentos de cunho declaratório emitidos unilateralmente pela licitante.

10.7 Caso seja necessário, para fins de confirmação, complementação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação, ou, ainda, nas hipóteses admitidas no item 10.4, o Pregoeiro, a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio de documentação complementar, por meio do campo de “anexos” do sistema.

10.7.1 Em caso de problemas técnicos ou operacionais que inviabilize o envio pelo sistema, será admitido o envio dos respectivos documentos para o *e-mail* licitacaobocaiuvadosul@gmail.com, devendo o Pregoeiro, nessa hipótese, informar no “chat” a data e o horário do recebimento e disponibilizar o conteúdo para os demais licitantes interessados.



10.7.2 O prazo para envio dos documentos é de, no máximo 2 (duas) horas, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

10.7.3 Para a contagem do prazo de que trata o item anterior, não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

10.7.4 Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

10.8 Os documentos de habilitação deverão se referir à empresa licitante, salvo quando, comprovadamente, após a data de emissão dos respectivos documentos, haja superveniente alteração contratual ou transferência de acervo técnico.

10.8.1 Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

10.8.3 Os documentos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial.

10.8.4 Para fins de verificação das condições de habilitação, o Pregoeiro poderá, diretamente, realizar consulta em sítios oficiais de órgãos e entidades cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública, constituindo os documentos obtidos como meio legal de prova.

10.9 As microempresas ou empresas de pequeno porte, assim declaradas para efeito dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar toda a documentação exigida para a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

10.9.1 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, na forma do art. 43, § 1º, da Lei Complementar nº 123/2006;

10.9.2 A não regularização dos documentos, no prazo previsto no subitem acima, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no §5º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.



10.10 O documento que não tiver prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor não será habilitante, quando o intervalo entre a sua data de expedição ou de revalidação e a data de abertura da presente licitação for superior a 180 (cento e oitenta) dias corridos.

10.10.1 Excetua-se o documento que, por imposição legal, tenha prazo de vigência indeterminado.

10.11 Na fase de habilitação, caso conste do SICAF a existência de “Ocorrências Impeditivas Indiretas” em relação à primeira classificada no certame, com fundamento no art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro deverá promover diligências para o levantamento de conjunto de indícios no sentido de analisar a configuração da tentativa de fraude ou burla aos princípios estabelecidos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021 ou da configuração das hipóteses previstas no art. 5º, IV, “e”, e no art. 14 da Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

10.11.1 Constituem indícios para a configuração da tentativa de fraude ou burla a confusão societária e/ou o compartilhamento de estrutura humana e física entre as pessoas jurídicas envolvidas, em especial as seguintes características:

- a) identidade dos sócios;
- b) atuação no mesmo ramo de atividades;
- c) data de constituição da nova empresa posterior à data de aplicação da sanção de suspensão/impedimento ou declaração de inidoneidade;
- d) compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica e/ou de recursos humanos;
- e) identidade (ou proximidade) de endereço dos estabelecimentos;
- f) identidade de telefones, *e-mails* e demais informações de contato.

10.11.2 Diante da presença de um conjunto convergente de indícios referidos no subitem anterior, o Pregoeiro registrará, no “chat”, as ocorrências levantadas, suspenderá o certame e oportunizará à licitante o exercício do contraditório e da ampla defesa, em campo próprio do sistema, no prazo de 5 (cinco) dias, devendo a licitante apresentar todos os esclarecimentos e documentação tendentes a ilidir a suspeita da prática de comportamento ilícito.

10.11.3 Constatada a tentativa de fraudar ou burlar os efeitos da sanção aplicada a outra empresa, com esteio no §1º do art. 14 c/c art. 160 da Lei nº 14.133/2021, o Pregoeiro, ao estender à licitante os efeitos das sanções que acarretem a impossibilidade de licitar e contratar com a Administração:

- a) inabilitará a licitante por inaptidão jurídica para assumir obrigações com a Administração;



- b) relatará o fato à autoridade superior para a instauração de procedimento administrativo específico objetivando a apuração exauriente acerca dos fatos e a eventual responsabilização da licitante pela prática de comportamento inidôneo.

11. DECLARAÇÃO DA LICITANTE VENCEDORA

11.1 Diante da desclassificação ou inabilitação da primeira colocada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da que melhor atenda a este edital.

11.2 Constatado que a licitante detentora da melhor proposta válida atende às exigências habilitatórias fixadas neste edital, a licitante será declarada vencedora.

12. DO RECURSO

12.1 Declarada a vencedora, o Pregoeiro abrirá prazo de 10 (dez) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata, exclusivamente em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

12.1.1 A ausência do registro de intenção de recurso, no prazo estabelecido no item anterior, implica a preclusão da oportunidade de interposição de recurso.

12.1.2 Registrada a intenção de recurso, a licitante deverá apresentar as razões recursais, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

12.1.3 Para a efetivação do recurso, alerta-se que o Sistema Eletrônico Compras.gov.br exige o preenchimento pela recorrente do campo referente às razões recursais no prazo indicado.

12.2 Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, havendo solicitação nesse sentido, será assegurada aos licitantes interessados, além dos documentos constantes do sistema, vista imediata dos autos do procedimento administrativo licitatório.

12.2.1 Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

12.2.2 O recurso regularmente interposto, juntamente com as razões e as contrarrazões recursais, será endereçado ao Pregoeiro, nos termos §2º do art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

12.2.3 O Pregoeiro poderá reconsiderar ou não a decisão recorrida e, em caso de não reconsideração, os autos serão encaminhados à autoridade superior para julgamento do recurso.



12.3 O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 O objeto deste Pregão será adjudicado e homologado pela Autoridade Competente.

14. DA ASSINATURA DO CONTRATO

14.1 Depois de homologado o resultado deste Pregão, a licitante vencedora será convocada para assinar o contrato, dentro do prazo de **5 (cinco) dias úteis** de sua convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

14.1.1 O prazo de convocação de que trata o item 14.1 poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da licitante vencedora durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

14.1.2 Será permitida a assinatura eletrônica do contrato, mediante uso da certificação digital ICP Brasil, caso o representante legal da licitante a possua, no mesmo prazo indicado no item 14.1.

14.1.3 Caso a licitante vencedora convocada não realize a assinatura do contrato no prazo estabelecido no item 14.1, será facultado à Administração, através do Pregoeiro, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, observando-se o disposto nos §§2º e 4º do art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

15. DAS PENALIDADES

15.1 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato no prazo estabelecido no item 14.1 caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, sem prejuízo das outras sanções previstas em lei e no instrumento convocatório.

15.2 As licitantes subsequentes, na hipótese de aceitarem a convocação e, posteriormente, recusarem-se a assinar o contrato, ficarão também sujeitas às sanções referidas no item 15.1.

15.3 Caso a licitante e/ou contratada, por ação ou omissão, venha a praticar alguma das condutas infracionais previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, observado o devido processo administrativo sancionatório e as disposições do Ato da Diretoria-Geral nº 15, de 9 de junho de 2022, ficará sujeita às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

15.4 Sem prejuízo das sanções previstas neste edital e seus anexos, os atos lesivos à Administração Pública previstos no inciso IV, do art. 5º, da Lei nº 12.846/2013, sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei.



15.5 Em qualquer hipótese de aplicação de sanções administrativas assegurar-se-á o direito ao contraditório e à ampla defesa.

16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

16.1 Até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico licitacaobocaiuvadosul@gmail.com.

16.2 Compete ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação.

16.2.1 A impugnação não enseja efeito suspensivo automático, devendo a Administração respondê-la em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

16.3 Acolhida a impugnação contra este edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

16.4 Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao Pregoeiro até o terceiro dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico licitacaobocaiuvadosul@gmail.com.

16.4.1 O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, prestará os esclarecimentos solicitados em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data prevista para a abertura do certame.

16.5 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no Sistema Eletrônico Compras.gov.br e no Portal da Transparência do Município de Bocaiúva do Sul para os interessados.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 O encaminhamento de proposta por meio do sistema eletrônico implica aceitação plena e irrestrita das condições e termos que regem o presente Pregão Eletrônico por parte da licitante.

17.2 Integram este edital os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência;

Apêndice Do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

Anexo II – Modelo de Apresentação de Proposta;

Anexo III– Minuta do Contrato.

17.3 Os atos normativos do Município de Bocaiúva do Sul referenciados neste edital podem ser consultados no sítio eletrônico <https://www.bocaiuvadosul.pr.gov.br/site/>.



17.4 É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer, sanear ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

17.5 No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

17.6 As decisões do Pregoeiro durante os procedimentos do pregão serão fundamentadas e registradas no sistema com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

17.7 A aplicação dos normativos expedidos pela Secretaria de Gestão do Ministério da Economia limitar-se-á aos aspectos operacionais inerentes à parametrização do Sistema Eletrônico Compras.gov.br, prevalecendo os normativos regulamentares do Município de Bocaiúva do Sul no tocante à disciplina da fase preparatória da contratação, da atuação do Pregoeiro, prazos e procedimentos atinentes ao envio de documentação pelas licitantes, diligências e saneamento de falhas, aplicação de sanções e procedimentos posteriores à homologação do certame.

17.8 As limitações operacionais porventura existentes no Sistema Eletrônico Compras.gov.br decorrentes de imposições normativas restritas ao âmbito do Sistema de Serviços Gerais - SISG, de que trata o Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994, não vinculam ao Município de Bocaiúva do Sul, podendo ser adotadas medidas para a sua superação, prevalecendo, nesses casos, a instrução constante do processo administrativo correspondente ao certame.

17.9 Os casos omissos e as dúvidas suscitadas em qualquer fase do presente Pregão serão resolvidos pelo Pregoeiro.

18. DO FORO

18.1 Para dirimir qualquer controvérsia decorrente da realização do presente Pregão que não possa ser resolvida administrativamente, fica definido o foro da Comarca de Bocaiúva do Sul, com exclusão de qualquer outro.

Bocaiúva do Sul, 08 de abril de 2026.

CLAUDINEI RODRIGUES DE CASTRO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO PERÍMETRO URBANO E RURAL DO MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME CONSTA NO EDITAL E SEUS ANEXOS.

1.2. A modalidade de licitação utilizada será PREGÃO ELETRÔNICO.

1.3. O critério de julgamento a ser utilizado será MENOR PREÇO.

1.4. O objeto é enquadrado como serviços comuns de engenharia, conforme justificativa apresentada no Estudo Técnico Preliminar.

2. DESCRIÇÃO E PREÇO MÁXIMO DA LICITAÇÃO E VALORES REFERENCIAIS DE MERCADO

2.1. O valor global máximo da licitação é de R\$505.046,56 (Quinhentos e cinco mil, quarenta e seis reais e cinquenta e seis centavos).

2.2. O valor referencial foi obtido através de uma cesta de preço, conforme pesquisa de preços anexa à fase preparatória.

1 - REATORES					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Reator externo baixa perda de lâmpada vapor de sódio a alta pressão 70W, 220V. Demais especificações em anexo.	UN	446	R\$ 87,90	R\$ 39.203,40
2	Reator externo baixa perda de lâmpada vapor de sódio a alta pressão 150W, 220V. Demais especificações em anexo.	UN	224	R\$ 108,89	R\$ 24.391,36
3	18 perda de lâmpada vapor de sódio a alta pressão 250W, 220V. Demais especificações em anexo.	UN	224	R\$ 135,48	R\$ 30.347,52
2 - LUMINÁRIAS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT		
4	Luminária pública LED-50W-5000K-Fluxo luminoso 8.000LM-160 lumens por watts-Tensão 90-305V-50/60Hz-Driver IP67 - Dispositivo de proteção contra surto 12KV-Lente em vidro 4,0 mm-Suportando IK-08-Fechos e parafusos em aço inox-Corpo em alumínio injetado alta pressão, aletas de dissipação-Com base para relé embutir-Encaixe de fixação em braços de 48,30 à 60,30mm. Vida útil de 70.000hs. Com certificação Selo Procel.	UN	188	R\$ 348,37	R\$ 65.493,56
5	Luminária pública LED-100W-5000K-Fluxo luminoso 16.000LM-160 lumens por watts-Tensão 90-305V-50/60Hz-Driver IP67 - Dispositivo de proteção contra surto 12KV-Lente em vidro 4,0 mm-Suportando IK-08-Fechos e parafusos em aço inox-Corpo em alumínio injetado alta pressão, aletas de dissipação-Com base para relé embutir-Encaixe de fixação em braços de 48,30 à 60,30mm. Vida útil de 70.000hs. Com certificação Selo Procel.	UN	52	R\$ 498,32	R\$ 25.912,64



6	Luminária pública LED-150W-5000K-Fluxo luminoso 24.000LM-160 lumens por watts-Tensão 90-305V-50/60Hz-Driver IP67 - Dispositivo de proteção contra surto 12KV-Lente em vidro 4,0mm-Suportando IK-08-Fechos e parafusos em aço inox-Corpo em alumínio injetado alta pressão, aletas de dissipação-Com base para relé embutir-Encaixe de fixação em braços de 48,30 à 60,30mm. Vida útil de 70.000hs. Com certificação Selo Procel.	UN	88	R\$ 606,97	R\$ 53.413,36
7	Luminária pública LED-250W-5000K-Fluxo luminoso 40.000LM-160 lumens por watts-Tensão 90-305V-50/60Hz-Driver IP67 - Dispositivo de proteção contra surto 12KV-Lente em vidro 4,0mm-Suportando IK-08-Fechos e parafusos em aço inox-Corpo em alumínio injetado alta pressão, aletas de dissipação-Com base para relé embutir-Encaixe de fixação em braços de 48,30 à 60,30mm. Vida útil de 70.000hs. Com certificação Selo Procel.	UN	40	R\$ 729,51	R\$ 29.180,40
8	Luminária pública, corpo estampado em alumínio, espessura mínima de 1,2mm, acabamento anodização brilhante, fechada com policarbonato, bocal E.27, fechos e parafusos em aço inox, cabos de ligação em cobre 1,50mm. Pescoço de fixação em braço de 25,4 à 33,0mm.	UN	20	R\$ 88,59	R\$ 1.771,80
3 - BRAÇO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT		
9	Braço para iluminação pública, tipo BR-2-3,0 mts de comprimento, tubo 48,30x3,00mm de espessura, com sapata tipo U, espessura de 3,0mm. Galvanizado à fogo.	UN	20	R\$ 87,08	R\$ 1.741,60
10	Braço para iluminação pública, tipo BR-2-1,80mt de comprimento, tubo 48,30x3,00mm de espessura, com sapata tipo U, espessura de 3,0mm. Galvanizado à fogo.	UN	20	R\$ 101,54	R\$ 2.030,80
11	Braço para iluminação pública, tipo BR-1-1,0 m de comprimento, tubo 25,40 x 2,00mm de espessura, com sapata, espessura de 2,0mm. Galvanizado à fogo.	UN	20	R\$ 65,91	R\$ 1.318,20
4 - LÂMPADAS VAPOR DE SÓDIO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT		
12	Lâmpada vapor de sódio alta pressão 70 W. Base E-27. Fluxo luminoso 6600 lumens. Eficiência luminosa 94 lm/W. Vida média 28000 horas.	UN	332	R\$ 21,03	R\$ 6.981,96
13	Lâmpada vapor de sódio alta pressão 150 W. Base E-40. Fluxo luminoso 17500 lumens. Eficiência luminosa 116 lm/W. Vida média 35000 horas.	UN	32	R\$ 26,53	R\$ 848,96
14	Lâmpada vapor de sódio alta pressão 250 W. Base E-40. Fluxo luminoso 27500 lumens. Eficiência luminosa 110lm/W. vida média 24000 horas.	UN	60	R\$ 38,50	R\$ 2.310,00
5- CONECTOR					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT		
15	Conector derivação perfurante. Principal 10-95 mm. Derivação 1,5-10mm.	PAR	800	R\$ 14,00	R\$ 11.200,00
6 – RELÉ					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT		



16	Relé fotoelétrico eletrônico, intercambiável, corrente alternada, capacidade mínima de comutação de 10 amperes, tensão de trabalho 105 a 305 v, 60HZ, instalação externa, esquema elétrico NF (Normalmente fechado).	UN	800	R\$ 23,29	R\$ 18.632,00
7 - SERVIÇOS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT		
17	Prestação do serviço de manutenção de ponto de iluminação pública.	SERVIÇO	2.500	R\$ 63,33	R\$ 158.325,00
18	Serviço de instalação de novo ponto de iluminação	SERVIÇO	300	106,48	R\$ 31.944,00

2.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, nos termos do art. 105 da Lei Federal nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado, a depender da situação e a critério da Administração.

2.4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS ITENS 01,02 E 03

Item 1: Reator externo baixa perda p/ lâmpada vapor de Sódio a alta pressão 70W, 220V, Com bobinado de cobre fator de potência mínimo 0,93, com base para relé fotoeletrônico, ignitor/capacitor incorporado devem ser compatíveis para operar com um todo e suportar qualquer condição de operação da lâmpada (regime circuito aberto ou fechado), ignitor tipo descartável, dotado de dispositivo que o desenergise durante a operação da lâmpada, resistente a corrosão e proteger componentes internos; capacitor tipo seco auto regenerador, com invólucro de plástico/alumínio/aço baixo teor de carbono ou material equivalente, não devem ser imerso na resina. Alça e caixa de aço ABNT 1010 espessura mínima 1,2mm galvanizada a quente, com acabamento anticorrosivo interno/externo, selado contra umidade, sem arestas/cantos vivos ou outra imperfeição, enchimento do reator em resina de poliéster, com placa de identificação em alumínio rebitada junto às buchas de passagem de forma visível/legível e indelével, com no mínimo: marca do fabricante, tipo do reator, tipo da lâmpada utilizada, potência nom. Lâmpada(W), tensão nom.de alimentação(V), fator de potência, corrente nom.de alimentação(a), frequência nom.(60hz), número e data de fabricação, tensão rede regime 220V mínimo para/funcionamento estável 220V; perda individual máxima 12W. Material do condutor do enrolamento, esquema de ligação e em um dos lados do reator película adesiva refletiva de fundo branco e letras na cor vermelha resistente a intempéries e temperatura sem perder coloração ou aderência a indicação do tipo e potência da lâmpada aplicável, base para relé intercambiável incorporado no topo da caixa. Cabos condutores de ligação do reator devem ser de cobre c/ seção de 2,5mm² isolamento p/ 0,6/1kV em xlpe, para as ligações à rede e à lâmpada, sendo o comprimento mínimo.de 1,20m (conexão reator à rede) e 0,50 m(conexão reator à lâmpada)a isolamento dos condutores deve suportar temperatura de trabalho em regime permanente de 90° p/ xlpe. Os equipamentos fornecidos serão ensaiados em laboratório credenciado pelo Inmetro, caso não aprovados os custos serão de responsabilidade do fornecedor. Garantia 5 anos. Com selo Procel.

Item 2: Reator externo baixa perda p/ lâmpada vapor de Sódio a alta pressão 150W, 220V, Com bobinado de cobre fator de potência mínimo 0,92, com base para relé fotoeletrônico, ignitor/capacitor incorporado devem ser compatíveis para operar com um todo e suportar qualquer



condição de operação da lâmpada (regime circuito aberto ou fechado), ignitor tipo descartável, dotado de dispositivo que o desenergise durante a operação da lâmpada, resistente a corrosão e proteger componentes internos; capacitor tipo seco auto regenerador, com invólucro de plástico/alumínio/aço baixo teor de carbono ou material equivalente, não devem ser imerso na resina. Alça e caixa de aço ABNT 1010 espessura mínima 1,2mm galvanizada a quente, com acabamento anticorrosivo interno/externo, selado contra unidade, sem arestas/cantos vivos ou outra imperfeição, enchimento do reator em resina de poliéster, com placa de identificação em alumínio rebitada junto às buchas de passagem de forma visível/legível e indelével, com no mínimo: marca do fabricante, tipo do reator, tipo da lâmpada utilizada, potência nom. Lâmpada(W), tensão nom.de alimentação(V), fator de potência, corrente nom.de alimentação(a), frequência nom.(60hz), número e data de fabricação, tensão rede regime 220V mínimo para funcionamento estável 220V; perda individual máxima 18W. Material do condutor do enrolamento, esquema de ligação e em um dos lados do reator película adesiva refletiva de fundo branco e letras na cor vermelha resistente a intempéries e temperatura sem perder coloração ou aderência a indicação do tipo e potência da lâmpada aplicável, base para relé intercambiável incorporado no topo da caixa. Cabos condutores de ligação do reator devem ser de cobre c/ seção de 2,5mm² isolamento p/ 0,6/1kV em xlpe, para as ligações à rede e à lâmpada, sendo o comprimento mínimo.de 1,20m (conexão reator à rede) e 0,50 m(conexão reator à lâmpada)a isolamento dos condutores deve suportar temperatura de trabalho em regime permanente de 90° p/ xlpe. Os equipamentos fornecidos serão ensaiados em laboratório credenciado pelo Inmetro, caso não aprovados os custos serão de responsabilidade do fornecedor. Garantia 5 anos. Com selo Procel.

Item 3: Reator externo baixa perda p/ lâmpada vapor de Sódio a alta pressão 250W, 220V, Com bobinado de cobre fator de potência mínimo 0,92, com base para relé fotoeletrônico, ignitor/capacitor incorporado devem ser compatíveis para operar com um todo e suportar qualquer condição de operação da lâmpada (regime circuito aberto ou fechado), ignitor tipo descartável, dotado de dispositivo que o desenergise durante a operação da lâmpada, resistente a corrosão e proteger componentes internos; capacitor tipo seco auto regenerador, com invólucro de plástico/alumínio/aço baixo teor de carbono ou material equivalente, não devem ser imerso na resina. Alça e caixa de aço ABNT 1010 espessura mínima 1,2mm galvanizada a quente, com acabamento anticorrosivo interno/externo, selado contra unidade, sem arestas/cantos vivos ou outra imperfeição, enchimento do reator em resina de poliéster, com placa de identificação em alumínio rebitada junto às buchas de passagem de forma visível/legível e indelével, com no mínimo: marca do fabricante, tipo do reator, tipo da lâmpada utilizada, potência nom. Lâmpada(W), tensão nom.de alimentação(V), fator de potência, corrente nom.de alimentação(a), frequência nom.(60hz), número e data de fabricação, tensão rede regime 220V mínimo para funcionamento estável 220V; perda individual máxima 23W. Material do condutor do enrolamento, esquema de ligação e em um dos lados do reator película adesiva refletiva de fundo branco e letras na cor vermelha resistente a intempéries e temperatura sem perder coloração ou aderência a indicação do tipo e potência da lâmpada aplicável, base para relé intercambiável incorporado no topo da caixa. Cabos condutores de ligação do reator devem ser de cobre c/ seção de 2,5mm² isolamento p/ 0,6/1kV em xlpe, para as



ligações à rede e à lâmpada, sendo o comprimento mínimo de 1,20m (conexão reator à rede) e 0,50m (conexão reator à lâmpada) a isolação dos condutores deve suportar temperatura de trabalho em regime permanente de 90° p/ xlpe. Os equipamentos fornecidos serão ensaiados em laboratório credenciado pelo Inmetro, caso não aprovados os custos serão de responsabilidade do fornecedor.

2.5. ESPECIFICAÇÕES DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO:

- A medição dos serviços e materiais fornecidos será realizada mensalmente pela empresa contratada, com base nos relatórios de execução, com registro fotográfico dos serviços executados, considerando exclusivamente as Ordens de Serviço (OS) previamente autorizadas, executadas e encerradas, devendo toda a documentação comprobatória ser encaminhada à Secretaria Municipal de Obras da Prefeitura de Bocaiúva do Sul/PR, para análise, conferência e posterior atesto pela fiscalização municipal, observadas as especificações técnicas e os níveis de serviço estabelecidos.
- Uma reunião de medição **poderá** ser convocada mensalmente pelo Fiscal do Contrato para a conferência dos serviços executados no período e a validação dos quantitativos para faturamento.
- A documentação necessária para a medição deverá ser encaminhada à Contratante, em formato digital e com assinatura eletrônica válida, via protocolo municipal, impreterivelmente até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao período de referência.
- O descumprimento dos Níveis de Serviço e dos indicadores de desempenho definidos neste Termo de Referência poderá ensejar a aplicação de descontos financeiros no valor da fatura mensal, bem como a adoção de outras sanções administrativas previstas na legislação vigente e do contrato, observados os critérios de proporcionalidade, reincidência e impacto da ocorrência.
- Deverá ser apresentada comprovação de posse ou de disponibilidade, por meio de contrato de locação, matrícula do imóvel ou instrumento equivalente, de base operacional localizada a uma distância máxima de até 70 km do centro do Município de Bocaiúva do Sul. A exigência de localização dentro desse raio justifica-se pela necessidade de assegurar o cumprimento dos Níveis de Serviço estabelecidos, especialmente o prazo máximo de 6 (seis) horas para atendimento de ocorrências emergenciais. A manutenção de base operacional situada a distância superior ao limite estabelecido comprometeria a mobilização e o deslocamento de equipes e equipamentos em tempo hábil, inviabilizando o pronto restabelecimento da segurança e da funcionalidade do sistema de iluminação pública em situações de risco iminente ou de interrupção crítica do serviço. Ressalta-se, ainda, que a proximidade da base operacional contribui para a otimização logística, a redução de custos operacionais e a maior eficiência na gestão de materiais, veículos e equipes técnicas. A comprovação poderá ser realizada mediante contrato de locação vigente, matrícula do imóvel em nome da empresa ou declaração formal de compromisso de instalação e funcionamento da base operacional, a ser efetivada nos prazos estabelecidos pela Administração Pública.



Além disso, a licitante deverá comprovar a disponibilidade de todos os equipamentos, ferramentas e recursos indispensáveis à execução do objeto, compondo a infraestrutura necessária à adequada prestação dos serviços, incluindo, mas não se limitando a:

- equipamentos de medição elétrica;
- equipamentos de proteção individual (EPIs) e de proteção coletiva (EPCs), em conformidade com as normas de segurança do trabalho;
- ferramentas, máquinas e dispositivos adequados à instalação, manutenção e reparo de redes elétricas;
- equipamentos, softwares e sistemas destinados à operação, manutenção e suporte de sistemas de telegestão da iluminação pública.

A comprovação da disponibilidade dos equipamentos e recursos poderá ser realizada mediante declaração formal da licitante, sob as penas da lei, atestando que dispõe dos meios necessários em quantidade e qualidade suficientes para o atendimento das demandas contratuais, ou, alternativamente, por meio de notas fiscais de aquisição ou locação, contratos de locação, listagem patrimonial dos bens da empresa, ou outros documentos idôneos aceitos pela Administração Pública.

3. JUSTIFICATIVA

A contratação de empresa especializada para a manutenção da iluminação pública é essencial para assegurar o funcionamento adequado, seguro e contínuo do sistema em áreas urbanas e rurais, tais como vias públicas, praças, parques e demais espaços de uso coletivo do Município de Bocaiúva do Sul/PR. Trata-se de serviço de natureza essencial, que contribui diretamente para a segurança da população, a prevenção de acidentes, a mobilidade no período noturno, a valorização dos espaços urbanos e a melhoria da qualidade de vida.

A execução dessas atividades demanda mão de obra qualificada, conhecimentos técnicos específicos e a utilização de equipamentos apropriados, a exemplo de caminhões com cesto aéreo, além da estrita observância às normas técnicas aplicáveis, especialmente aquelas relacionadas à eletricidade, sinalização viária e segurança do trabalho. Nesse contexto, a terceirização do serviço possibilita maior agilidade na identificação e correção de falhas, reduz o tempo de interrupção da iluminação pública, contribui para a prevenção de situações de risco, vandalismo e criminalidade, e permite um planejamento mais eficiente das manutenções preventivas e corretivas.

Como resultado, há incremento da durabilidade dos equipamentos, melhor aplicação dos recursos públicos e a garantia da continuidade e qualidade do serviço prestado à coletividade, em conformidade com os princípios da eficiência, segurança e interesse público.

A malha viária municipal possui aproximadamente 350 km de extensão, contemplando um quantitativo estimado de 1.791 (mil setecentas e noventa e uma) Unidades de Iluminação Pública conforme discriminado na tabela a seguir:

Quantidade	Tipo de Lâmpada	Potência da Lâmpada (W)	Potência do Reator (W)
------------	-----------------	-------------------------	------------------------



1	Fluorescente	25	0
3	Fluorescente	36	0
1	LED	25	0
4	LED	35	0
395	LED	50	0
2	LED	60	0
121	LED	100	0
11	LED	130	0
215	LED	150	0
43	LED	250	0
34	Vapor de Mercúrio	80	11
1	Vapor de Mercúrio	80	14
625	Vapor de Sódio	70	11
196	Vapor de Sódio	70	14
23	Vapor de Sódio	100	11
30	Vapor de Sódio	150	22
2	Vapor de Sódio	150	24
4	Vapor de Sódio	150	28
1	Vapor de Sódio	250	22
75	Vapor de Sódio	250	24
2	Vapor de Sódio	250	40
2	Vapor de Sódio	400	38

4. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1. As despesas com a presente licitação terão seus custos cobertos com os recursos provenientes da Lei Orçamentária para o exercício de 2026.

4.2. As despesas que seguirem nos exercícios subsequentes correrão à conta das rubricas ou verbas específicas consignadas nos orçamentos do Município e as alterações se processarão por meio de simples procedimento administrativo.

5. DA AMOSTRA

5.1. Não haverá necessidade de apresentação de amostra.



6. DO CONTRATO

PRAZO DE VIGÊNCIA

6.1. O prazo de vigência do Contrato será de **12 (doze) meses**, contados a partir da sua assinatura.

POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO

6.2. Há a previsão de prorrogação.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:

7.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, **o pregoeiro (a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação**, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>);
- c) Tribunal de Contas do Estado do Paraná - TCEPR - no site <http://www1.tce.pr.gov.br/> (Consulta de Impedidos de Licitar).

7.2. Constatada a existência de sanção, o pregoeiro (a) reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

7.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

- a) É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

7.4. Ressalvado o disposto no item 7.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

7.5. DOCUMENTOS RELATIVOS À **HABILITAÇÃO JURÍDICA** consistirá em:

- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;



- c) Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM n.º 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br.

7.6. DOCUMENTOS RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de **Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União**, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;
- c) Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;
- d) Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal**, relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;
- e) Certificado de Regularidade de Situação para com o **Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS)**;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;

7.7. Em se tratando de microempresa, empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, desde que atendidos os demais requisitos do Edital, a(s) empresa(s) nesta condição será(ão) declarada(s) habilitada(s) sob condição de regularização da documentação no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, prorrogáveis por igual prazo, a critério da Administração Pública, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

- a) A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.8. DOCUMENTOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- a) **Certidão negativa de pedido de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, referente à matriz e, quando for o caso, igualmente da filial licitante, em data não anterior a 90 (noventa) dias da abertura da sessão pública deste PREGÃO.
- b) **Balanco patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por



índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

- I. A comprovação da boa situação financeira da empresa Licitante, de que trata o item acima, será demonstrada pela obtenção do índice de Solvência Geral (SG), maior ou igual a 1,0 (uma vírgula zero), resultante da aplicação da fórmula estabelecida abaixo:

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

- II. Serão aceitos como na forma da Lei, o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis da empresa Licitante, assim apresentados: publicados no Diário Oficial, ou, publicados em jornal de grande circulação, ou registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio da Licitante, ou, por cópia do Livro Diário autenticado pela Junta Comercial da sede ou domicílio da Licitante, na forma da Legislação em vigor, acompanhado obrigatoriamente dos Termos de Abertura e de Fechamento.
- III. As empresas que adotarem o SPED Contábil (Sistema Público de Escrituração Digital) deverão apresentar impressos o arquivo da ECD que contenha o Balanço Patrimonial do último exercício (arquivo transmitido por meio do SPED em formato.txt) e o Termo de Autenticação (recibo gerado pelo SPED).
- IV. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social.
- V. As empresas Licitantes com menos de 01 (um) exercício financeiro de atividade, devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

7.9. DOCUMENTOS COMPLEMENTARES RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Certificado de registro de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho Regional de Arquitetura – CAU, dentro de seu prazo de validade.
- b) Declaração da empresa nomeando 01 (um) responsável técnico a ser designado como Responsável pela Elaboração dos Projetos, com seu respectivo Registro de Pessoa Física junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU).
 - I. É vedado, sob pena de inabilitação, a indicação de um mesmo técnico como responsável técnico por mais de uma proponente. A comprovação de vínculo empregatício deverá ocorrer através de cópia da carteira de trabalho, cópia do contrato de prestação de serviços ou cópia do contrato social se o mesmo for proprietário ou sócio da Empresa.
- c) Apresentação de atestado (s) de capacidade técnica, passado por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão para o desempenho de atividade compatível e pertinente com o objeto da presente licitação, acompanhado (s) da (s) respectiva (s) certidão



(ões) de Acervo Técnico, emitida (s) pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU);

- II. Os atestados, isoladamente ou em somatório, deverão comprovar a execução de serviços em quantidade equivalente a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) da rede de iluminação do Município de Bocaiúva do Sul, devidamente atestados e compatíveis com o objeto licitado.
 - III. O (s) atestado (s) deverá (ão) conter: razão social, endereço completo e telefone para contato de quem o (s) forneceu, bem como o nome e o cargo do responsável que o (s) assinar; a indicação de cumprimento da obrigação de forma e qualidade satisfatórias e nos prazos exigidos.
- d) Comprovação da capacitação técnico-profissional, mediante apresentação de Certidão de Acervo Técnico – CAT expedida pelo CREA ou CAU, nos termos da legislação aplicável, em nome do (s) responsável (is) técnico (s) e/ou membros da equipe técnica que participarão dos serviços, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT.
- e) A vistoria prévia do local de execução dos serviços, no âmbito da Prefeitura Municipal de Bocaiúva do Sul/PR, constitui etapa relevante para que o licitante obtenha pleno conhecimento das condições, características e complexidades envolvidas na execução do objeto. Em consonância com a Lei Federal nº 14.133/2021, a realização da vistoria é facultativa, porém recomendada, em razão da natureza e das particularidades do objeto licitado.
- I. A visita técnica é de inteira responsabilidade do licitante, cabendo-lhe avaliar, por sua conta e risco, as condições do local e demais aspectos que possam influenciar na formulação da proposta e na execução dos serviços.
 - II. A Contratante não acolherá alegações, pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro ou justificativas fundamentadas no desconhecimento das condições locais, da infraestrutura existente, das condições operacionais ou de quaisquer outros fatores inerentes à elaboração da proposta e à execução do objeto, tenha ou não o licitante realizado a vistoria. A participação no certame implica a plena ciência e aceitação de todas as condições necessárias à execução dos serviços.
 - III. Os licitantes que optarem pela realização da vistoria poderão fazê-lo até 24 (vinte e quatro) horas antes da data de abertura da sessão pública da licitação, mediante agendamento prévio, a ser realizado por contato telefônico pelo número (41) 92003-9861, ou diretamente junto à Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Viação Urbana, localizada à Rua Maria da Silva Fracaro, s/n, Vila Velha, Bocaiúva do Sul/PR, no horário das 08h00 às 11h30 e das 13h30 a 16h30.



- IV. A Administração Municipal disponibilizará servidor para acompanhamento da vistoria, o qual poderá, se solicitado, emitir declaração de comparecimento para fins de controle interno do licitante, esclarecendo-se que a apresentação de tal documento não constituirá requisito de habilitação.
- V. Ressalta-se, por fim, que a Administração Municipal de Bocaiúva do Sul/PR não se responsabilizará, em hipótese alguma, pelos custos decorrentes da

7.10. A habilitação dos licitantes será comprovada por meio de prévia e regular inscrição cadastral no SICAF, desde que os documentos comprobatórios estejam validados e atualizados.

- a) O cadastro no SICAF, abrangente dos níveis indicados no art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 26 abril de 2018, **PODERÁ SUBSTITUIR APENAS** os documentos indicados nos subitens acima **Habilitação Jurídica, Qualificação econômico-financeira e Regularidade fiscal e trabalhista**, sendo que os demais são obrigatórios apresentação.
- b) Na hipótese dos documentos se encontrarem vencidos no referido sistema (SICAF), o licitante convocado deverá encaminhar, juntamente com os demais, o documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressaltando o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme disposto na Lei Complementar nº 123/2006.
- c) Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões de regularidade fiscal e trabalhista, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF;

7.11. Os documentos de que tratam os subitens anteriores serão analisados pelo pregoeiro (a) e sua Equipe de Apoio quanto a sua conformidade com o solicitado neste Edital.

7.12. No julgamento da habilitação, **o pregoeiro (a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica**, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.13. O não atendimento das exigências deste Edital implicará a inabilitação do licitante.

7.14. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

7.15. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

7.16. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será



declarado vencedor.

7.17. A licitante ainda deverá observar o seguinte:

- a) Se a licitante for a matriz, todos os documentos devem estar em nome da matriz;
- b) Se a licitante for filial, todos os documentos devem estar em nome da filial, exceto aqueles para os quais a legislação permita ou exija a emissão apenas em nome da Matriz.

8. FORMA DE FORNECIMENTO – ENTREGA E ACEITAÇÃO DO OBJETO

8.1. O objeto desta licitação será realizado de forma **PARCELADA**, de acordo com os empenhos emitidos pela Secretaria Municipal Requisitante.

8.2. Todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários ao fornecimento do objeto ora licitado correrão inteira e exclusivamente por conta da Fornecedora.

8.3. Em conformidade com o disposto nos artigos 140 da Lei 14.133/21, o objeto da presente licitação será recebido:

- a) Provisoriamente, no prazo de **05 (cinco) dias úteis** após efetuada a entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações;
- b) Definitivamente, em até **08 (oito) dias úteis** após o recebimento provisório.
- c) O recebimento definitivo não isenta a Fornecedora de responsabilidades futuras quanto à qualidade do objeto entregue.
- d) A Administração rejeitará, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com a Ata/Contrato.

8.4. Se achados irregulares, a Fornecedora terá o prazo de **24 (vinte e quatro) horas** para substituir ou complementar os produtos/serviços, sem que isso implique em acréscimos nos preços constantes da proposta.

8.5. O padrão de qualidade dos serviços ofertados será avaliado segundo os padrões usuais de mercado e demais características recomendadas no presente Edital.

8.6. Os serviços deverão ser iniciados imediatamente após o recebimento da Ordem de Serviço, e correrão por conta da contratada todas as despesas decorrentes da entrega do serviço.

8.7. A Contratada deverá apresentar, para fins de aceite do serviço, no mínimo: relatório de execução com data e hora de início/fim, registro fotográfico (antes e depois da intervenção e quaisquer outros documentos específicos exigidos pela O.S. ou pela fiscalização.

8.7.1. Após a comunicação de conclusão do serviço pela Contratada, o Fiscal do Contrato terá o prazo máximo de **3 dias úteis** para realizar a vistoria e formalizar a aceitação ou a rejeição do serviço. Em caso de rejeição, a Contratada será formalmente comunicada das não conformidades e deverá providenciar as correções sem ônus adicionais para o Município.



8.7.2. A aceitação dos serviços e materiais dar-se-á mediante ateste formal do Fiscal do Contrato, após a verificação do cumprimento das especificações técnicas, dos Níveis de Serviço e a validação dos comprovantes de execução. A aceitação poderá ser provisória e definitiva, conforme prazos e condições a serem detalhados na Minuta do Contrato.

8.8. DO ATENDIMENTO EMERGENCIAL:

- a) O atendimento emergencial poderá ser realizado através da equipe técnica por meio de inspeção programada nos pontos que necessitam de reparos urgentes, e sendo assim efetuar a imediata substituição dos materiais antigos por novos. Pode ser realizada antecipadamente uma busca por pontos danificados (ronda semanal) e posteriormente realizada uma programação em larga escala para efetuar os devidos reparos.
- b) O outro formato de atendimento emergencial consiste na solicitação da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos, em que o seu pedido deverá gerar uma ordem de serviços emergencial dentro dos aspectos que configuram esse quadro.

8.9. A Empresa deverá, no prazo de **05 (cinco) dias úteis** a contar da assinatura do contrato, disponibilizar um canal de comunicação (email, telefone e/ou whatsapp, ou outro meio semelhante e compatível), assim como uma linha telefônica, com geração de protocolo para acompanhamento, a fim de possibilitar aos munícipes entrarem em contato direto com a contratada para abertura de chamados de reparo e demais apontamentos.

8.10. PROCEDIMENTOS DE MEDIÇÃO:

8.10.1. A medição e o pagamento dos serviços serão realizados por demanda, considerando as unidades de serviço efetivamente executadas e atestadas pela fiscalização. O pagamento será efetuado com base nos valores unitários registrados na Planilha Orçamentária apresentada pela empresa.

8.10.2. A medição dos serviços e materiais fornecidos será realizada **mensalmente**, fundamentada nos **relatórios de execução** apresentados pela Contratada e devidamente atestados pela fiscalização do Município.

- a) Esta medição terá como base as Ordens de Serviço (OS) devidamente encerradas e atestadas pela fiscalização, juntamente com a documentação comprobatória da efetiva execução dos serviços e fornecimento de materiais.

8.10.3. Somente serão considerados para medição os serviços e materiais que estejam em conformidade integral com as especificações técnicas e os Níveis de Serviço estabelecidos, e cuja execução tenha sido previamente autorizada por meio de Ordem de Serviço (OS).

8.10.4. A documentação necessária para a medição deverá ser encaminhada à Contratante, em formato digital e com assinatura eletrônica válida, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao período de referência.



8.10.5. Uma reunião de medição poderá ser convocada mensalmente pelo Fiscal do Contrato para a conferência dos serviços executados no período e a validação dos quantitativos para faturamento.

8.10.6. Caberá ao Fiscal de Contrato validar os relatórios de execução dos serviços apresentados pela Contratada e atestar as medições dos serviços executados e dos materiais fornecidos, bem como as faturas/notas fiscais da Contratada, para fins de pagamento.

9. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1. A Gestão do Contrato gerado ficará a cargo da Secretaria Municipal de Obras através do secretário Claudinei Rodrigues de Castro e a fiscalização da contratação pela Secretaria de Obras, Viação e Serviços Urbanos, assim indicada no Termo de Referência ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

9.2. O fiscal do Contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.3. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.4. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

9.5. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.6. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.7. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

9.8. Serão realizadas vistorias periódicas, com e sem aviso prévio, e vistorias aleatórias, visando a verificação do cumprimento das especificações técnicas e dos Níveis de Serviço.

10. OBRIGAÇÕES DA EMPRESA



A Contratada deverá:

- a) **Prestar os serviços/fornecer os produtos** na forma proposta e contratada, em conformidade com as especificações e demais condições constantes no respectivo Edital e seus Anexos.
- b) Responsabilizar-se pela perfeita execução e completo acabamento dos **serviços prestados/produtos fornecidos**, obrigando-se a prestar assistência técnica e administrativa necessária para assegurar o andamento conveniente dos trabalhos.
- c) Em caso de bens: Garantir a melhor qualidade dos **serviços/produtos**, atendidas as especificações e normas técnicas de produção para cada caso CONFORME SOLICITAÇÃO, em especial as normas da ABNT e INMETRO, assumindo inteira responsabilidade pela execução do objeto da presente licitação.
- d) Em caso de bens: Fornecer os produtos conforme constam no Empenho, os quais serão conferidos e, se achados irregulares, a empresa terá o **prazo de 02 (dois) dias corridos** para reparar os mesmos sem que isso implique em acréscimos nos preços constantes da proposta.
- e) **A prestação dos serviços/os produtos fornecidos** em desconformidade com o especificado, caso não seja possível a correção, sujeitará a aplicação das sanções legais cabíveis.
- f) Prestar à Administração, sempre que necessários esclarecimentos, sobre os **serviços/produtos**, fornecendo toda e qualquer orientação que se faça necessária para a perfeita realização dos mesmos.
- g) Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do CONTRATANTE.
- h) Cumprir todas as exigências legais pertinentes, tais como trabalhistas, inclusive no que se refere às normas de segurança no trabalho e de construção civil, bem como as previstas na legislação específica: encargos sociais, tributários, previdenciários, fundiários e demais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da presente licitação, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui não mencionadas, para com as quais ficará única e exclusivamente responsabilizada.
- i) Responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio do CONTRATANTE, ou a terceiros, em razão da execução deste Contrato, por culpa, dolo, negligência, imperícia ou imprudência de seus empregados, ficando obrigada a promover o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 15 (quinze) dias, contados a partir da comprovação de sua responsabilidade, podendo este prazo ser prorrogado a critério do CONTRATANTE. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, o CONTRATANTE reserva-se o direito de descontar o valor referente ao ressarcimento: da fatura a vencer, da garantia prestada, ou, ainda, em Juízo.
- j) Apresentar as Notas Fiscais preenchidas de forma correta e em valores correspondentes aos anotados nas requisições, em tempo de serem processadas.
- k) **Inserir no corpo da Nota Fiscal, em campo apropriado, o número do empenho, para possibilitar identificação e controle.**
- l) Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento nos prazos contratados, inclusive considerando os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.



- m) Manter, durante toda a execução, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- n) Responder civil e criminalmente por todos e quaisquer danos pessoais, materiais ou morais ocasionados à Administração e/ou a terceiros.
- o) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Edital, sem prévia e expressa anuência da Administração.
- p) Comunicar imediatamente à Contratante qualquer alteração-ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência.
- q) Atender de imediato as requisições e em nenhuma hipótese atrasar o atendimento.
- r) Executar os serviços de manutenção da iluminação pública de acordo com as especificações técnicas, normas vigentes e orientações da fiscalização municipal.
- s) Fornecer toda a mão de obra, materiais, ferramentas, equipamentos e veículos necessários à adequada execução dos serviços.
- t) Atender prontamente às Ordens de Serviço emitidas pela Administração Municipal, respeitando os prazos estabelecidos.
- u) Garantir que os serviços sejam realizados por profissionais devidamente capacitados e habilitados.
- v) Cumprir integralmente as normas de segurança do trabalho, incluindo o uso de equipamentos de proteção individual (EPIs).

11. OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

- a) Determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à contratada, sob pena de ilegalidade dos atos.
- b) Efetuar os pagamentos na forma e condições contratadas.
- c) Prestar todas as informações e esclarecimentos necessários para a fiel execução contratual.
- d) Exercer a fiscalização da execução do Contrato por meio de servidor designado.
- e) Comunicar à empresa sobre possíveis irregularidades observadas na prestação dos serviços, para imediata correção.
- f) Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com as obrigações assumidas pela contratada.
- g) Notificar a contratada de qualquer irregularidade encontrada na prestação dos serviços.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA RELATIVAS A CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

12.1. A CONTRATADA deverá observar no que couber, durante a execução contratual, critérios e práticas de sustentabilidade, como:

- a) Dar preferência a envio de documentos na forma digital, a fim de reduzir a impressão de documentos;
- b) Em caso de necessidade de envio de documentos à contratante, usar preferencialmente a função “duplex” (frente e verso), bem como de papel confeccionado com madeira de origem legal.



- c) Capacitar seus empregados, orientando que os resíduos não poderão ser dispostos em aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.
- d) Armazenar, transportar e destinar os resíduos em conformidade com as normas técnicas específicas.
- e) Evitar excessos de embalagens de transporte, visando reduzir a geração de resíduos.

13. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13.1. Os pagamentos serão efetuados **através de transferência eletrônica para a conta bancária** da CONTRATADA indicada pela mesma, em até 30 (trinta) dias, contados a partir da apresentação da nota fiscal, que deverá ser acompanhada de:

- a) Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede do licitante;
- b) Prova de regularidade ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- d) Cópia do Empenho ou Ordem de Serviço correspondente;
- e) Inserir no corpo da Nota Fiscal, em campo apropriado, o número do Empenho e Dados Bancários.
- f) Emissão de relatórios mensal com informações sobre os serviços realizados e Relatório fotográfico dos pontos que tiveram manutenção.

13.2. Para entrega da Nota Fiscal à Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, a mesma deverá estar **devidamente atestada pelo secretário responsável**.

13.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

13.4. A Prefeitura Municipal efetuará pagamento **somente através de TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA** na conta indicada pela FORNECEDORA, **não sendo aceito eventuais BOLETOS BANCÁRIOS**, conforme Decreto Municipal 118, de 20 de maio de 2013.

13.5. A referida **conta bancária deve obrigatoriamente ser vinculada ao CNPJ do participante da licitação**. Mesmo sendo matriz e filial, **o que prevalece é o CNPJ da participante do processo**.

13.6. A(s) nota(s) fiscal(ais), terá(ão) um prazo de até 05 (cinco) dias úteis para conferência e aprovação da(s) sua(s) protocolização(ões).

13.7. Nenhuma reivindicação por parte da proponente para pagamento adicional será considerada se decorrer de erro ou má interpretação.



13.8. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês.

13.9. Os casos de atraso no pagamento motivados pela Contratada, por falta de regularização de certidões ou pendências de entregas referente a(s) nota(s) fiscal(is) apresentadas, entre outros, por necessidades de pagamento via repasses (ex.: de convênios), ou por qualquer outra motivação externa ao Contratante, não se aplicam ao contido no item 14.8. desse Contrato.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

15. SANÇÕES

As sanções serão aplicadas conforme as penalidades descritas em lei, caso haja qualquer descumprimento quanto à qualidade do objeto ou condições de entrega e de manutenção das condições de habilitação.



APÊNDICE DO ANEXO I – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO –JUSTIFICATIVA

A contratação de empresa especializada para a execução de serviços de manutenção da iluminação pública justifica-se pela necessidade de garantir o funcionamento adequado e contínuo da rede de iluminação instalada em vias públicas, praças, parques e demais espaços públicos do município de Bocaiúva do Sul. A iluminação pública exerce papel fundamental na promoção da segurança, na mobilidade urbana noturna, na valorização dos espaços urbanos e na qualidade de vida da população.

A manutenção da iluminação demanda a atuação de profissionais capacitados, utilização de equipamentos específicos e veículos apropriados, além da observância de normas técnicas e de segurança. A prestação deste serviço por empresa especializada permite maior agilidade na execução dos reparos e na substituição de equipamentos defeituosos, assegurando resposta eficiente às demandas da população e à conservação do patrimônio público.

Dessa forma, a contratação visa assegurar a adequada prestação de um serviço essencial à coletividade, com foco na eficiência, segurança e continuidade, contribuindo para a melhoria das condições urbanas e o atendimento ao interesse público.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

A presente contratação encontra respaldo institucional, conforme previsão no Plano de Contratações Anual de 2026, estando alinhado com o Planejamento da Administração.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Para que o objeto da contratação seja contratado, é necessário o atendimento de alguns requisitos de acordo com as características do objeto, dentre eles os de qualidade e capacidade de execução pelo contratado, minimamente, os dispostos nos artigos 62, 66, 67, 68 e 69 da Lei n. 14.133/2021.

Além da documentação exigida a empresa contratada deverá possuir:

- Registro no CREA/CAU: Com responsável técnico habilitado na área elétrica.
- Capacidade técnica comprovada: Atestados de experiência anterior em serviços semelhantes.
- Comprovação que possui equipe técnica qualificada: Eletricistas e técnicos certificados para trabalho em rede elétrica e iluminação pública.
- Equipamentos adequados: Caminhão com cesto aéreo com no máximo 7 (sete) anos de fabricação, , ferramentas específicas e EPIs necessários.
- Amostras: Não será necessária.
- Vistoria: Os licitantes que optarem pela realização da vistoria poderão fazê-lo até 24 (vinte e quatro) horas antes da data de abertura da sessão pública da licitação, mediante agendamento prévio, a ser realizado por contato telefônico pelo número (41) 92003-9861, ou diretamente junto à Secretaria Municipal de Obras, Serviços e Viação Urbana, localizada



à Rua Maria da Silva Fracaro, s/n, Vila Velha, Bocaiúva do Sul/PR, no horário das 08h00 às 11h30 e das 13h30 a 16h30.

- A Administração Municipal disponibilizará servidor para acompanhamento da vistoria, o qual poderá, se solicitado, emitir declaração de comparecimento para fins de controle interno do licitante, esclarecendo-se que a apresentação de tal documento não constituirá requisito de habilitação.
- Subcontratação: Não será admitida a subcontratação.

4 e 5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Para definição do quantitativo, foi realizado um levantamento considerando a quantidade de lâmpadas atualmente existentes no município, bem como o consumo médio utilizado em atendimentos de emergência. Esse último parâmetro foi estimado com base na demanda registrada para um período de três meses.

1 - REATORES					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Reator externo baixa perda de lâmpada vapor de sódio a alta pressão 70W, 220V. Demais especificações em anexo.	UN	446	R\$ 87,90	R\$ 39.203,40
2	Reator externo baixa perda de lâmpada vapor de sódio a alta pressão 150W, 220V. Demais especificações em anexo.	UN	224	R\$ 108,89	R\$ 24.391,36
3	18 perda de lâmpada vapor de sódio a alta pressão 250W, 220V. Demais especificações em anexo.	UN	224	R\$ 135,48	R\$ 30.347,52
2 - LUMINÁRIAS					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT		
4	Luminária pública LED-50W-5000K-Fluxo luminoso 8.000LM-160 lumens por watts-Tensão 90-305V-50/60Hz-Driver IP67 - Dispositivo de proteção contra surto 12KV-Lente em vidro 4,0 mm-Suportando IK-08-Fechos e parafusos em aço inox-Corpo em alumínio injetado alta pressão, aletas de dissipação-Com base para relé embutir-Encaixe de fixação em braços de 48,30 à 60,30mm. Vida útil de 70.000hs. Com certificação Selo Procel.	UN	188	R\$ 348,37	R\$ 65.493,56
5	Luminária pública LED-100W-5000K-Fluxo luminoso 16.000LM-160 lumens por watts-Tensão 90-305V-50/60Hz-Driver IP67 - Dispositivo de proteção contra surto 12KV-Lente em vidro 4,0 mm-Suportando IK-08-Fechos e parafusos em aço inox-Corpo em alumínio injetado alta pressão, aletas de dissipação-Com base para relé embutir-Encaixe de fixação em braços de 48,30 à 60,30mm. Vida útil de 70.000hs. Com certificação Selo Procel.	UN	52	R\$ 498,32	R\$ 25.912,64
6	Luminária pública LED-150W-5000K-Fluxo luminoso 24.000LM-160 lumens por watts-Tensão 90-305V-50/60Hz-Driver IP67 - Dispositivo de proteção contra surto 12KV-Lente em vidro 4,0mm-Suportando IK-08-Fechos e parafusos em aço inox-Corpo em alumínio injetado alta pressão, aletas de dissipação-Com base para relé embutir-Encaixe de fixação em braços de 48,30 à 60,30mm. Vida útil de 70.000hs. Com certificação Selo Procel.	UN	88	R\$ 606,97	R\$ 53.413,36



7	Luminária pública LED-250W-5000K-Fluxo luminoso 40.000LM-160 lumens por watts-Tensão 90-305V-50/60Hz-Driver IP67 - Dispositivo de proteção contra surto 12KV-Lente em vidro 4,0mm-Suportando IK-08-Fechos e parafusos em aço inox-Corpo em alumínio injetado alta pressão, aletas de dissipação-Com base para relé embutir-Encaixe de fixação em braços de 48,30 à 60,30mm. Vida útil de 70.000hs. Com certificação Selo Procel.	UN	40	R\$ 729,51	R\$ 29.180,40
8	Luminária pública, corpo estampado em alumínio, espessura mínima de 1,2mm, acabamento anodização brilhante, fechada com policarbonato, bocal E.27, fechos e parafusos em aço inox, cabos de ligação em cobre 1,50mm. Pescoço de fixação em braço de 25,4 à 33,0mm.	UN	20	R\$ 88,59	R\$ 1.771,80

3 - BRAÇO PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT		
9	Braço para iluminação pública, tipo BR-2-3,0 mts de comprimento, tubo 48,30x3,00mm de espessura, com sapata tipo U, espessura de 3,0mm. Galvanizado à fogo.	UN	20	R\$ 87,08	R\$ 1.741,60
10	Braço para iluminação pública, tipo BR-2-1,80mt de comprimento, tubo 48,30x3,00mm de espessura, com sapata tipo U, espessura de 3,0mm. Galvanizado à fogo.	UN	20	R\$ 101,54	R\$ 2.030,80
11	Braço para iluminação pública, tipo BR-1-1,0 m de comprimento, tubo 25,40 x 2,00mm de espessura, com sapata, espessura de 2,0mm. Galvanizado à fogo.	UN	20	R\$ 65,91	R\$ 1.318,20

4 - LÂMPADAS VAPOR DE SÓDIO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT		
12	Lâmpada vapor de sódio alta pressão 70 W. Base E-27. Fluxo luminoso 6600 lumens. Eficiência luminosa 94 lm/W. Vida média 28000 horas.	UN	332	R\$ 21,03	R\$ 6.981,96
13	Lâmpada vapor de sódio alta pressão 150 W. Base E-40. Fluxo luminoso 17500 lumens. Eficiência luminosa 116 lm/W. Vida média 35000 horas.	UN	32	R\$ 26,53	R\$ 848,96
14	Lâmpada vapor de sódio alta pressão 250 W. Base E-40. Fluxo luminoso 27500 lumens. Eficiência luminosa 110lm/W. vida média 24000 horas.	UN	60	R\$ 38,50	R\$ 2.310,00

5- CONECTOR

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT		
15	Conector derivação perfurante. Principal 10-95 mm. Derivação 1,5-10mm.	PAR	800	R\$ 14,00	R\$ 11.200,00

6 – RELÉ

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT		
16	Relé fotoelétrico eletrônico, intercambiável, corrente alternada, capacidade mínima de comutação de 10 amperes, tensão de trabalho 105 a 305 v, 60HZ, instalação externa, esquema elétrico NF (Normalmente fechado).	UN	800	R\$ 23,29	R\$ 18.632,00

7 - SERVIÇOS

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT		
------	-----------	---------	-------	--	--



17	Prestação do serviço de manutenção de ponto de iluminação pública.	SERVIÇO	2.500	R\$ 63,33	R\$ 158.325,00
18	Serviço de instalação de novo ponto de iluminação	SERVIÇO	300	106,48	R\$ 31.944,00

Valor global estimado: R\$505.046,56 (Quinhentos e cinco mil, quarenta e seis reais e cinquenta e seis centavos) para um período de 12 meses.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

A fim de embasar a escolha do modelo de contratação mais adequado para a manutenção da iluminação pública no município de Bocaiúva do Sul, foi realizado um levantamento de mercado com a análise comparativa de diferentes modalidades de prestação deste tipo de serviço. O objetivo é demonstrar as principais características, vantagens e limitações de cada modelo, permitindo à Administração avaliar com mais clareza os caminhos possíveis para assegurar a continuidade e a qualidade da iluminação pública.

Uma das alternativas analisadas é a contratação por demanda, com pagamento por unidade de serviço executado, como por exemplo a substituição de cada lâmpada ou componente. Esse modelo permite uma relação direta entre o valor pago e os serviços efetivamente prestados, proporcionando maior controle fiscal e orçamentário. A medição precisa do serviço executado permite à Administração aplicar os recursos públicos com mais transparência, promovendo economicidade e facilitando a fiscalização contratual. Essa modalidade também oferece flexibilidade, já que o pagamento está vinculado ao volume real de atendimento das necessidades do município.

Outra possibilidade é a contratação mensal com escopo fixo, em que a empresa contratada se compromete a realizar a manutenção de toda a rede de iluminação pública mediante pagamento de valor fixo mensal. Esse modelo garante previsibilidade orçamentária e pode facilitar a gestão, pois concentra todas as obrigações em um único contrato contínuo. No entanto, a definição clara dos serviços incluídos, dos prazos de atendimento e dos indicadores de desempenho é fundamental para evitar a subexecução ou a ineficiência na prestação do serviço, especialmente quando a demanda real varia significativamente ao longo do tempo.

Também foi considerada a possibilidade de criação de uma equipe interna permanente, com a contratação direta de servidores ou terceirizados, aquisição de equipamentos e estruturação de um setor próprio de manutenção. Essa opção poderia representar maior controle operacional e autonomia da Administração, além de permitir atuação integrada com outras áreas do município. Contudo, exige investimento inicial elevado em veículos, ferramentas, treinamento e pessoal, além de gerar encargos administrativos contínuos, o que pode ser um entrave para municípios de menor porte com limitações orçamentárias e estruturais.

Conclusão: Após análise de mercado e de levantamento das soluções disponíveis para o problema enfrentado, conclui-se a melhor alternativa é a contratação de empresa especializada para



prestação dos serviços, de modo que os pagamentos serão realizados por medição, garantindo, assim, que o pagamento seja proporcional ao que foi efetivamente prestado pela empresa.

Abaixo, seguem os resultados obtidos a partir de consulta junto ao Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP junto a contratações similares a este objeto:

<https://pncp.gov.br/app/editais/75359760000199/2025/215> - Município de Araruna/PR;

<https://pncp.gov.br/app/editais/76290709000130/2026/93> - Município de Assai/PR;

<https://pncp.gov.br/app/editais/21425374000129/2026/1> - Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Região Central de Minas;

<https://pncp.gov.br/app/editais/46200846000176/2026/3460> - Município de Lençóis Paulista/PR;

<https://pncp.gov.br/app/editais/37623501000134/2026/10> - Município de Jesupolis/GO'

<https://pncp.gov.br/app/editais/46125774000140/2026/5> - CIMBASP;

Após levantamento de mercado, pode-se concluir que a contratação pretendida enquadra-se como serviço comum de engenharia, nos termos da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de atividades padronizadas, rotineiras e amplamente executadas no mercado, cujos métodos, técnicas e especificações são usuais e bem definidos. Os serviços de manutenção preventiva, corretiva e ampliação da rede de iluminação pública, com fornecimento de materiais, envolvem procedimentos técnicos conhecidos, com parâmetros de desempenho objetivamente estabelecidos em normas técnicas e manuais do setor elétrico, não demandando soluções inovadoras ou complexidade técnica singular. Além disso, tais serviços permitem a definição clara de quantitativos, prazos, insumos e níveis de serviço, possibilitando a elaboração de termo de referência detalhado e julgamento objetivo das propostas, características típicas dos serviços comuns.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

A solução adotada pela Administração Municipal de Bocaiúva do Sul consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção da iluminação pública com pagamento vinculado à quantidade de lâmpadas substituídas ou aos serviços efetivamente realizados, modelo que permite a aplicação dos recursos públicos de forma proporcional à demanda real, garantindo maior economicidade, controle de gastos e facilidade na fiscalização, uma vez que cada serviço pode ser mensurado e verificado; além disso, essa forma de contratação oferece maior flexibilidade, possibilitando ajustar o volume de serviços conforme as necessidades do município, evitando despesas desnecessárias em períodos de menor demanda e assegurando maior transparência, já que o pagamento está diretamente atrelado à execução efetiva; ao optar por esse formato por demanda, o município também evita custos fixos e possíveis ineficiências de modelos com pagamento mensal, adequando-se à sua realidade orçamentária e promovendo uma gestão



mais eficiente, alinhada aos princípios da economicidade, eficiência e transparência na administração pública.

8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO

A Justificativa para Não Parcelamento dos Itens (Licitação em Lote Único): A decisão de não fracionar a licitação em itens separados, mantendo a disputa em um único lote que engloba os quatro tipos de lâmpadas, fundamenta-se na otimização operacional e na viabilidade econômica do processo. Ao agrupar todos os modelos em um único lote, evita-se a fragmentação da contratação, que poderia resultar em múltiplos fornecedores distintos para cada tipo de lâmpada, aumentando a complexidade da gestão contratual, dos prazos de entrega e da fiscalização. Essa centralização garante maior eficiência administrativa, pois a prefeitura terá um único contratado responsável por toda a demanda, simplificando a comunicação, a coordenação e a prestação de contas.

Além disso, a modalidade de lote único estimula a competitividade entre as empresas, uma vez que os licitantes precisarão apresentar propostas abrangentes e economicamente viáveis para todos os tipos de lâmpadas, evitando disparidades de preços ou desequilíbrios na qualidade dos materiais ofertados. Isso também atrai empresas com capacidade técnica e operacional consolidada, capazes de atender integralmente às necessidades do município, desde lâmpadas LED até modelos de vapor de sódio ou outras tecnologias especificadas. A abordagem em lote único ainda reduz os custos indiretos associados a múltiplos processos licitatórios, como edital, homologação e gerenciamento de contratos paralelos.

Por fim, a estratégia assegura uniformidade na execução do serviço, garantindo que todas as lâmpadas substituídas atendam a um mesmo padrão de qualidade e prazo, independentemente do modelo. Isso é especialmente relevante para evitar situações em que um tipo de lâmpada seja negligenciado em detrimento de outro devido à contratação fragmentada. A adoção do lote único, portanto, reforça a transparência, a equidade e a eficácia do processo, alinhando-se aos objetivos da administração pública de obter o melhor custo-benefício sem comprometer a qualidade ou a agilidade dos serviços prestados à população.

9. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Com a contratação de empresa especializada para a manutenção da iluminação pública por unidade de serviço executado, a Administração Municipal de Bocaiúva do Sul espera alcançar resultados concretos em termos de economicidade e racionalização do uso dos recursos públicos. A adoção do modelo de pagamento por demanda evita gastos fixos mensais desproporcionais à real necessidade de manutenção, permitindo que o erário seja utilizado de forma mais eficiente e alinhada à execução efetiva dos serviços.

Do ponto de vista do aproveitamento dos recursos humanos, a contratação possibilita que a equipe técnica da Prefeitura concentre seus esforços na gestão, fiscalização e planejamento das ações, sem a necessidade de mobilizar servidores para a execução direta de tarefas operacionais e técnicas que exigem mão de obra especializada, equipamentos específicos e treinamento contínuo. Isso otimiza



a força de trabalho do município e reduz os riscos operacionais e trabalhistas relacionados à execução direta.

Em termos de gestão de recursos materiais e financeiros, a contratação por demanda assegura maior previsibilidade e controle orçamentário, pois os pagamentos serão realizados com base em medições claras e verificáveis. Além disso, ao centralizar a responsabilidade na empresa contratada, a Administração reduz despesas indiretas com aquisição de peças, manutenção de equipamentos e capacitação de pessoal, obtendo assim melhor custo-benefício na prestação de um serviço essencial à população.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

Tendo em vista que incumbe à Administração Pública adotar as medidas necessárias para assegurar o atingimento dos resultados esperados com a contratação, antes da celebração do contrato serão adotadas providências voltadas à estruturação adequada da gestão contratual, ao planejamento operacional e à definição clara das responsabilidades das partes.

Inicialmente, será designada formalmente a equipe de fiscalização e gestão do contrato, com servidores capacitados e com conhecimento técnico mínimo necessário para acompanhar a execução dos serviços, realizar medições, aplicar penalidades, controlar prazos e assegurar a conformidade com os termos contratuais. Também será elaborado um plano de fiscalização contendo os procedimentos, periodicidade das vistorias, registro fotográfico e critérios para aceitação dos serviços executados.

Além disso, serão definidos os canais de comunicação entre a contratada e a Administração, incluindo forma e prazo para atendimento de chamados, relatórios de execução, controle de ordens de serviço e prazos máximos de resposta. A Administração também providenciará o mapeamento atualizado dos pontos de iluminação pública sob sua responsabilidade, facilitando o planejamento da execução e a transparência dos serviços prestados. Essas medidas permitirão maior efetividade no controle do contrato e no alcance dos resultados previstos, com foco na qualidade, eficiência e economicidade.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Contratações correlatas:

- Contratação de empresa para modernização ou expansão da rede de iluminação pública (ex: substituição por luminárias LED).
- Serviços de manutenção elétrica predial ou de espaços públicos, que podem envolver pontos de iluminação interna ou externa.

Contratações interdependentes:

- Contratação de empresa para poda de árvores, pois galhos podem obstruir luminárias e dificultar o acesso para manutenção.
- Contratação de serviços de vigilância ou segurança pública, que podem se beneficiar diretamente da iluminação adequada nas vias públicas.



12. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratação de serviços de manutenção da iluminação pública, embora essencial para a segurança e o bem-estar da população, pode gerar alguns impactos ambientais que precisam ser identificados e adequadamente mitigados. A gestão responsável desses impactos contribui para a sustentabilidade do município, minimizando efeitos negativos no meio ambiente e promovendo práticas conscientes durante a execução dos serviços.

Impactos ambientais:

- Geração de resíduos sólidos: Substituição de lâmpadas e componentes gera resíduos que podem conter materiais tóxicos, como mercúrio e metais pesados.
- Consumo de energia: Uso de veículos e equipamentos para manutenção implica consumo de combustíveis fósseis e energia elétrica.
- Emissão de poluentes atmosféricos: Veículos e equipamentos emitem gases poluentes durante o transporte e execução do serviço.
- Ruídos: Operações com ferramentas e veículos geram ruídos que podem incomodar a população local.
- Impacto na biodiversidade: Atividades próximas a áreas verdes podem afetar fauna e flora locais, especialmente durante o acesso a pontos de iluminação.

Formas de mitigação:

- Realizar descarte correto e ambientalmente adequado de lâmpadas e componentes, seguindo normas específicas para resíduos perigosos.
- Priorizar o uso de veículos e equipamentos com menor emissão de poluentes e promover manutenção preventiva para reduzir consumo excessivo.
- Planejar rotas e horários de atendimento para minimizar o tráfego e ruídos em áreas residenciais.
- Treinar equipes para evitar impactos em áreas verdes, respeitando normas ambientais e evitando danos à fauna e à flora.
- Incentivar a substituição gradual por lâmpadas de maior eficiência energética e menor impacto ambiental, como LEDs.

13. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução descrita se mostra possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

Bocaiúva do Sul, 23 de março de 2026.



ANEXO II – MODELO DA PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026

PROCESSO Nº 47/2026

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO PERÍMETRO URBANO E RURAL DO MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME CONSTA NO EDITAL E SEUS ANEXOS.**

1. Critério de julgamento "**Menor Preço Por Item**".

2. Nos preços ofertados já devem estar inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto.

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob nº _____, e-mail _____, Telefone (____)____-____, neste ato representada por _____, cargo____, RG _____, CPF _____,propõe fornecer à Prefeitura Municipal de Bocaiúva do Sul, em estrito cumprimento ao previsto no Edital do Pregão Eletrônico nº ____/20____, conforme abaixo discriminado:

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	QUNT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: _____

VALIDADE DA PROPOSTA: 90 dias corridos, contados da data de abertura da sessão pública do pregão eletrônico.

A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)



ANEXO III – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO xx/2026
PREGÃO ELETRÔNICO nº 24/2026

De um lado, MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 76.105.592.0001/78, com sede à Rua Carlos Alberto Ribeiro, nº 21, Centro, Município de Bocaiúva do Sul/PR, representado pelo Prefeito Municipal João de Lima, brasileiro, solteiro, inscrita no CPF/MF sob nº XXX.056.089-XX, residente e domiciliado na cidade de Bocaiúva do Sul-PR, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE; e de outro lado a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, estabelecida à _____, nº _____, Bairro _____, na cidade de _____, neste ato representada por _____, inscrito no CPF/MF sob nº _____, residente na cidade de _____, doravante denominada de CONTRATADA., estando as partes sujeitas as normas da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021 e suas regulamentações, ajustam o presente contrato em decorrência da licitação realizada através do **Pregão Eletrônico nº 24/2026** com homologação publicada no PNCP e sítio eletrônico oficial do Município de Bocaiúva do Sul, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui-se objeto deste instrumento de contrato a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E AMPLIAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO PERÍMETRO URBANO E RURAL DO MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME CONSTA NO EDITAL E SEUS ANEXOS** conforme detalhamentos constantes **nos itens do Edital do Pregão Eletrônico nº 24/2026**, e anexos e, ainda, a documentação, a proposta de preços, os lances apresentados pelo licitante classificado em primeiro lugar, visando contratações futuras.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO, QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES

2.1. O preço ajustado ao qual o CONTRATANTE se obriga a adimplir e o CONTRATADO concorda em receber é o que segue abaixo.

LOT E	ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA	QUNT.	VALOR UNITÁRI O	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL							

2.2. O pagamento de quaisquer taxas ou emolumentos concernentes ao objeto do presente contrato será de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, bem como demais encargos inerentes e necessários para a completa execução das suas obrigações assumidas pelo presente contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO



3.1. O objeto da licitação terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA - DO GESTOR E FISCAL DO CONTRATO

4.1. A Gestão do Contrato gerado ficará a cargo da Secretaria Municipal de Obras através do secretário Claudinei Rodrigues de Castro e a fiscalização da contratação pela Secretaria de Obras, Viação e Serviços Urbanos, assim indicada no Termo de Referência ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração.

4.2. O fiscal do Contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

4.3. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

4.4. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

4.5. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

4.6. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

4.7. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

CLÁUSULA QUINTA - DAS DESPESAS

5.1. As despesas com a presente licitação terão seus custos cobertos com os recursos provenientes da Lei Orçamentária para o exercício de 2026, assim classificados no Parecer Contábil em anexo à fase interna.

5.2. As despesas que seguirem nos exercícios subsequentes correrão à conta das rubricas ou verbas específicas consignadas nos orçamentos do Município e as alterações se processarão por meio de simples procedimento administrativo.



CLÁUSULA SEXTA - DA ENTREGA DO MATERIAL OU PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1. O objeto desta licitação será realizado de forma **PARCELADA**, de acordo com os empenhos emitidos pela Secretaria Municipal Requisitante.

6.2. Todas as despesas e custos diretos e indiretos necessários ao fornecimento do objeto ora licitado correrão inteira e exclusivamente por conta da Fornecedora.

6.3. Em conformidade com o disposto nos artigos 140 da Lei 14.133/21, o objeto da presente licitação será recebido:

- a) Provisoriamente, no prazo de **05 (cinco) dias úteis** após efetuada a entrega, para efeito de posterior verificação da conformidade com as especificações;
- b) Definitivamente, em até **08 (oito) dias úteis** após o recebimento provisório.
- c) O recebimento definitivo não isenta a Fornecedora de responsabilidades futuras quanto à qualidade do objeto entregue.
- d) A Administração rejeitará, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com a Ata/Contrato.

6.4. Se achados irregulares, a Fornecedora terá o prazo de **24 (vinte e quatro) horas** para substituir ou complementar os produtos/serviços, sem que isso implique em acréscimos nos preços constantes da proposta.

6.5. O padrão de qualidade dos serviços ofertados será avaliado segundo os padrões usuais de mercado e demais características recomendadas no presente Edital.

6.6. Os serviços deverão ser iniciados imediatamente após o recebimento da Ordem de Serviço, e correrão por conta da contratada todas as despesas decorrentes da entrega do serviço.

6.7. A Contratada deverá apresentar, para fins de aceite do serviço, no mínimo: relatório de execução com data e hora de início/fim, registro fotográfico (antes e depois da intervenção e quaisquer outros documentos específicos exigidos pela O.S. ou pela fiscalização.

6.7.1. Após a comunicação de conclusão do serviço pela Contratada, o Fiscal do Contrato terá o prazo máximo de **3 dias úteis** para realizar a vistoria e formalizar a aceitação ou a rejeição do serviço. Em caso de rejeição, a Contratada será formalmente comunicada das não conformidades e deverá providenciar as correções sem ônus adicionais para o Município.

6.7.2. A aceitação dos serviços e materiais dar-se-á mediante ateste formal do Fiscal do Contrato, após a verificação do cumprimento das especificações técnicas, dos Níveis de Serviço e a validação dos comprovantes de execução. A aceitação poderá ser provisória e definitiva, conforme prazos e condições a serem detalhados na Minuta do Contrato.

6.8. DO ATENDIMENTO EMERGENCIAL:



- a) O atendimento emergencial poderá ser realizado através da equipe técnica por meio de inspeção programada nos pontos que necessitam de reparos urgentes, e sendo assim efetuar a imediata substituição dos materiais antigos por novos. Pode ser realizada antecipadamente uma busca por pontos danificados (ronda semanal) e posteriormente realizada uma programação em larga escala para efetuar os devidos reparos.
- b) O outro formato de atendimento emergencial consiste na solicitação da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos, em que o seu pedido deverá gerar uma ordem de serviços emergencial dentro dos aspectos que configuram esse quadro.

6.9. A Empresa deverá, no prazo de **05 (cinco) dias úteis** a contar da assinatura do contrato, disponibilizar um canal de comunicação (email, telefone e/ou whatsapp, ou outro meio semelhante e compatível), assim como uma linha telefônica, com geração de protocolo para acompanhamento, a fim de possibilitar aos munícipes entrarem em contato direto com a contratada para abertura de chamados de reparo e demais apontamentos.

6.10. PROCEDIMENTOS DE MEDIÇÃO:

6.10.1. A medição e o pagamento dos serviços serão realizados por demanda, considerando as unidades de serviço efetivamente executadas e atestadas pela fiscalização. O pagamento será efetuado com base nos valores unitários registrados na Planilha Orçamentária apresentada pela empresa.

6.10.2. A medição dos serviços e materiais fornecidos será realizada **mensalmente**, fundamentada nos **relatórios de execução** apresentados pela Contratada e devidamente atestados pela fiscalização do Município.

- a) Esta medição terá como base as Ordens de Serviço (OS) devidamente encerradas e atestadas pela fiscalização, juntamente com a documentação comprobatória da efetiva execução dos serviços e fornecimento de materiais.

6.10.3. Somente serão considerados para medição os serviços e materiais que estejam em conformidade integral com as especificações técnicas e os Níveis de Serviço estabelecidos, e cuja execução tenha sido previamente autorizada por meio de Ordem de Serviço (OS).

6.10.4. A documentação necessária para a medição deverá ser encaminhada à Contratante, em formato digital e com assinatura eletrônica válida, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao período de referência.

6.10.5. Uma reunião de medição poderá ser convocada mensalmente pelo Fiscal do Contrato para a conferência dos serviços executados no período e a validação dos quantitativos para faturamento.

6.10.6. Caberá ao Fiscal de Contrato validar os relatórios de execução dos serviços apresentados pela Contratada e atestar as medições dos serviços executados e dos materiais fornecidos, bem como as faturas/notas fiscais da Contratada, para fins de pagamento.



CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1. Os pagamentos decorrentes da entrega do objeto licitado efetivar-se-ão em até 30 dias **a partir do efetivo recebimento do produto** ou do **atesto da Nota Fiscal pelo secretário responsável**.

7.2. A Nota Fiscal deverá ser entregue acompanhada dos seguintes documentos:

- a) Prova de Regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal da sede do licitante;
- b) Prova de regularidade ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);
- d) Cópia do Empenho ou Ordem de Serviço correspondente;
- e) Inserir no corpo da Nota Fiscal, em campo apropriado, o número do Empenho e Dados Bancários.
- f) Emissão de relatórios mensal com informações sobre os serviços realizados e Relatório fotográfico dos pontos que tiveram manutenção.

7.3. A Prefeitura Municipal efetuará pagamento **somente através de TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA** na conta indicada pela FORNECEDORA, **não sendo aceito eventuais BOLETOS BANCÁRIOS**.

7.4. A referida **conta bancária deve obrigatoriamente ser vinculada ao CNPJ do participante da licitação**. Mesmo sendo matriz e filial, **o que prevalece é o CNPJ da participante do processo**.

7.5. A(s) nota(s) fiscal(ais), terá(ão) um prazo de até 05 (cinco) dias úteis para conferência e aprovação da(s) sua(s) protocolização(ões).

7.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

7.7. Para entrega da Nota Fiscal à Secretaria Municipal Finanças, a mesma deverá estar devidamente atestada pelo secretário responsável.

7.8. Nenhum pagamento será efetuado à FORNECEDORA antes de paga ou relevada eventual multa que lhe tenha sido aplicada.

7.9. Em caso de não cumprimento pela contratada de disposição contratual, os pagamentos poderão ficar retidos até posterior solução, sem prejuízos de quaisquer outras disposições contratuais.

7.10. Nenhuma reivindicação por parte da proponente para pagamento adicional será considerada se decorrer de erro ou má interpretação.

7.11. Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu



vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 1% (um por cento) ao mês.

7.12. Os casos de atraso no pagamento motivados pela Contratada, por falta de regularização de certidões ou pendências de entregas referente a(s) nota(s) fiscal(is) apresentadas, entre outros, por necessidades de pagamento via repasses (ex.: de convênios), ou por qualquer outra motivação externa ao Contratante, não se aplicam ao contido no item 8.11. desta Ata.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE

8.1 A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

8.1.1. A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.

8.1.2. O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

8.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

8.3. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

8.4. A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

8.5. Os pedidos de reajustes serão analisados e respondidos em um prazo de 45 (quarenta e cinco) dias úteis.

CLÁUSULA NONA - CLÁUSULA DÉCIMA

9.1. Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

9.1.1. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas compras.

9.2. É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9.3. As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

9.4. Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período



CLÁUSULA DÉCIMA - CASOS DE EXTINÇÃO DO CONTRATO

10.1. O presente instrumento poderá ser extinto:

10.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

10.1.2. de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

10.1.3. por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

10.2. No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

10.3. Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

10.4. O Contratado, desde já, reconhece todos direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS INFRAÇÕES

11.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/21, a Contratada que:

11.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

11.1.7. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

11.1.8. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.9. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.10. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.11. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. A licitante/adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

11.2.1. Advertência, notificada por meio de ofício, mediante contra recibo do representante legal da Empresa, estabelecendo o prazo de 5 (cinco) dias úteis para que apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da Administração;

11.2.2. Multa no percentual correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso no cumprimento das obrigações assumidas, incidente sobre o valor dos



serviços/fornecimentos não realizados, até a data do efetivo adimplemento, observado o limite de 30% (trinta por cento);

11.2.3. Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública e descredenciamento no Cadastro de Fornecedores de Bocaiúva do Sul, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.2.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

11.3. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

11.4. O fornecedor aceita receber citações e intimações referentes a processos administrativos no e-mail informado com a proposta, devendo qualquer modificação no e-mail ser comunicada com antecedência, sob pena de se reputarem válidas as intimações enviadas, iniciando-se a contagem do prazo depois de cinco dias corridos do encaminhamento do e-mail.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE BOCAIÚVA DO SUL

12.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- a) Determinar a execução do objeto quando houver garantia real da disponibilidade financeira para a quitação de seus débitos frente à contratada, sob pena de ilegalidade dos atos.
- b) Efetuar os pagamentos na forma e condições contratadas.
- c) Prestar todas as informações e esclarecimentos necessários para a fiel execução contratual.
- d) Exercer a fiscalização da execução do contrato por meio de servidor designado.
- e) Comunicar à empresa sobre possíveis irregularidades observadas na prestação dos serviços, para imediata correção.
- f) Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados em desacordo com as obrigações assumidas pela Fornecedora.
- g) Notificar a Fornecedora de qualquer irregularidade encontrada na prestação dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. São obrigações da CONTRATADA:

- a) **Prestar os serviços/fornecer os produtos** na forma proposta e contratada, em conformidade com as especificações e demais condições constantes no respectivo Edital e seus Anexos.
- b) Responsabilizar-se pela perfeita execução e completo acabamento dos **serviços prestados/produtos fornecidos**, obrigando-se a prestar assistência técnica e administrativa necessária para assegurar o andamento conveniente dos trabalhos.
- c) Em caso de bens: Garantir a melhor qualidade dos **serviços/produtos**, atendidas as especificações e normas técnicas de produção para cada caso CONFORME SOLICITAÇÃO, em especial as normas da ABNT e INMETRO, assumindo inteira responsabilidade pela



execução do objeto da presente licitação.

- d) Em caso de bens: Fornecer os produtos conforme constam no Empenho, os quais serão conferidos e, se achados irregulares, a empresa terá o **prazo de 02 (dois) dias corridos** para reparar os mesmos sem que isso implique em acréscimos nos preços constantes da proposta.
- e) **A prestação dos serviços/os produtos fornecidos** em desconformidade com o especificado, caso não seja possível a correção, sujeitará a aplicação das sanções legais cabíveis.
- f) Prestar à Administração, sempre que necessários esclarecimentos, sobre os **serviços/ produtos**, fornecendo toda e qualquer orientação que se faça necessária para a perfeita realização dos mesmos.
- g) Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências do CONTRATANTE.
- h) Cumprir todas as exigências legais pertinentes, tais como trabalhistas, inclusive no que se refere às normas de segurança no trabalho e de construção civil, bem como as previstas na legislação específica: encargos sociais, tributários, previdenciários, fundiários e demais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto da presente licitação, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui não mencionadas, para com as quais ficará única e exclusivamente responsabilizada.
- i) Responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio do CONTRATANTE, ou a terceiros, em razão da execução deste Contrato, por culpa, dolo, negligência, imperícia ou imprudência de seus empregados, ficando obrigada a promover o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 15 (quinze) dias, contados a partir da comprovação de sua responsabilidade, podendo este prazo ser prorrogado a critério do CONTRATANTE. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, o CONTRATANTE reserva-se o direito de descontar o valor referente ao ressarcimento: da fatura a vencer, da garantia prestada, ou, ainda, em Juízo.
- j) Apresentar as Notas Fiscais preenchidas de forma correta e em valores correspondentes aos anotados nas requisições, em tempo de serem processadas.
- k) **Inserir no corpo da Nota Fiscal, em campo apropriado, o número do empenho, para possibilitar identificação e controle.**
- l) Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento nos prazos contratados, inclusive considerando os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.
- m) Manter, durante toda a execução, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- n) Responder civil e criminalmente por todos e quaisquer danos pessoais, materiais ou morais ocasionados à Administração e/ou a terceiros.
- o) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste Edital, sem prévia e expressa anuência da Administração.



- p) Comunicar imediatamente à Contratante qualquer alteração-ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência.
- q) Atender de imediato as requisições e em nenhuma hipótese atrasar o atendimento.
- r) Executar os serviços de manutenção da iluminação pública de acordo com as especificações técnicas, normas vigentes e orientações da fiscalização municipal.
- s) Fornecer toda a mão de obra, materiais, ferramentas, equipamentos e veículos necessários à adequada execução dos serviços.
- t) Atender prontamente às Ordens de Serviço emitidas pela Administração Municipal, respeitando os prazos estabelecidos.
- u) Garantir que os serviços sejam realizados por profissionais devidamente capacitados e habilitados.
- v) Cumprir integralmente as normas de segurança do trabalho, incluindo o uso de equipamentos de proteção individual (EPIs).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA RELATIVAS A CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

14.1. As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências, que deverão ser observados pela CONTRATADA, que deverá fazer uso racional do consumo de energia e água, adotando medidas para evitar o desperdício e a CONTRATADA deverá:

- a) Colaborar com as medidas de redução de consumo e uso racional da água, cujo(s) encarregado(s) deve(m) atuar como facilitador(es) das mudanças de comportamento.
- b) Dar preferência à aquisição e uso de equipamentos e complementos que promovam a redução do consumo de água e que apresentem eficiência energética e redução de consumo.
- c) Evitar ao máximo o uso de extensões elétricas.
- d) Repassar a seus empregados todas as orientações referentes à redução do consumo de energia e Água
- e) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução dos serviços.
- f) Dar preferência à descarga e torneira com controle de vazão, evitando o desperdício de água.
- g) Proporcionar treinamento periódico aos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.
- h) Proibir quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, crenças religiosas, orientação sexual ou estado civil na seleção de colaboradores no quadro da empresa.
- i) Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços, como exige a Lei nº 9.985/00.



- j) Destinar de forma ambientalmente adequada todos os materiais e/ou insumos que forem utilizados pela empresa na prestação dos serviços, inclusive os potencialmente poluidores, tais como, pilhas, baterias, lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis, pneumáticos inservíveis, produtos e componentes eletroeletrônicos que estejam em desuso e sujeitos à disposição final, considerados lixo tecnológico.
- k) É proibido incinerar qualquer resíduo gerado.
- l) Não é permitida a emissão de ruídos de alta intensidade.
- m) Priorizar a aquisição de bens que sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável.
- n) Priorizar o aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento;
- o) Colaborar para a não geração de resíduos e, secundariamente, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento dos resíduos sólidos e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos.

14.2. A CONTRATADA deverá observar no que couber, durante a execução contratual, critérios e práticas de sustentabilidade, como:

- a) Dar preferência a envio de documentos na forma digital, a fim de reduzir a impressão de documentos;
- b) Em caso de necessidade de envio de documentos à contratante, usar preferencialmente a função “duplex” (frente e verso), bem como de papel confeccionado com madeira de origem legal.
- c) Capacitar seus empregados, orientando que os resíduos não poderão ser dispostos em aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.
- d) Armazenar, transportar e destinar os resíduos em conformidade com as normas técnicas específicas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

15.1. Visando garantir os padrões éticos descritos pela Lei nº 12.846/2013, Decreto nº 8.420/2015 e Decreto Municipal nº 1115/2020. Os licitantes devem observar e o Fornecedor deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

- a) Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
 - I - “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;



II - “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

III - “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

IV - “prática coercitiva”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo administrativo ou afetar a execução do contrato;

V - “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista, deste Contrato; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

b) Nas hipóteses de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de um contrato financiado pelo-organismo.

c) Considerando os propósitos das cláusulas acima, a CONTRATADA concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e a execução do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES REFERENTE À LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

16.1 O Licitante Vencedor se obriga ainda a cumprir a Lei Geral de Proteção de Dados - Lei 13.709/2018, no que for cabível em face do objeto deste contrato, em especial a:

a) Guardar sigilo quanto aos dados pessoais aos quais eventualmente tenham acesso em razão da execução deste objeto;

b) Tratar os dados pessoais recebidos de acordo com a finalidade da contratação (convênio/parceria/credenciamento), de modo legítimo e lícito, entendendo-se por tratamento de dados os atos que se refiram a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração de dados;



- c) Garantir ao titular de dados a consulta gratuita e facilitada aos seus dados pessoais, bem como a forma, duração e finalidade do tratamento;
- d) Não utilizar os dados pessoais recebidos ou tratá-los com fins discriminatórios, ilícitos, abusivos ou para finalidade distinta da contratação;
- e) Fazer uso somente dos dados pessoais que forem imprescindíveis à execução do objeto;
- f) Adotar todas as medidas previstas em Lei para evitar o vazamento de dados pessoais que receber ou o acesso por pessoal não autorizado;

16.2. Em caso de vazamento de dados pessoais, adotar as providências necessárias para mitigar as consequências do dano, informando ao Contratante, no prazo de até 48 horas:

- a) A descrição da natureza dos dados pessoais afetados;
- b) As informações sobre os titulares envolvidos;
- c) A indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados, observados os segredos comercial e industrial;
- d) Os riscos relacionados ao incidente;
- e) Os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata;
- f) As medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo;

16.3. Demonstrar, sempre que solicitado, a adoção de medidas eficazes para comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados;

16.4. Utilizar medidas técnicas e organizacionais de modo a proteger os dados pessoais de tratamento não autorizado;

16.5. Armazenar os dados somente pelo período necessário para cumprir as obrigações contratuais e legais;

16.6. Apagar todos os dados pessoais quando solicitado pelo Município ou, não sendo possível, justificar com a base legal ou contratual a retenção dos dados;

16.7. Anonimizar os dados pessoais quando solicitado pelo Município, ou, não sendo possível, justificar com a base legal ou contratual;

16.8. Não compartilhar com terceiros, em hipótese alguma, os dados pessoais que receber em decorrência do Contrato;

16.9. O Licitante ficará obrigada a reparar os danos patrimoniais ou morais, individuais ou coletivos, que sua ação ou omissão, no exercício da atividade de tratamento de dados pessoais relativas ao Contrato, em violação à legislação de proteção de dados pessoais, causarem ao Município ou a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO



17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, com renúncia de qualquer outra, por mais privilegiada, para dirimir as causas resultantes deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

- a) Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo ao presente Contrato.
- b) Este contrato e o Edital de Pregão Eletrônico nº 24/2026 e seus anexos são complementares entre si; qualquer detalhe mencionado num e omitido no outro será considerado específico e válido.

18.2 Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

18.3 O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial dos Municípios do Paraná e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Bocaiúva do Sul, XX de XXXXXX de 20XX.

CONTRATANTE

CLAUDINEI RODRIGUES DE CASTRO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E
SERVIÇOS URBANOS

CONTRATADA

NOME

EMPRESA

TESTEMUNHAS:

NOME:

DOCUMENTO Nº:

NOME:

DOCUMENTO Nº:

DADOS DA EMPRESA

E-mail:

Telefone: